
Pauta: Movimento professor sim, técnico em desenvolvimento infantil não

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h18min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE. Estão presentes os vereadores Jonas Reis, Giovane Byl, Gilson Padeiro; já fazem parte da mesa o secretário adjunto Claudio Franzen e a Geani Regina Dröescher. Convidamos para também compor a mesa a Dra. Fernanda Paulo, da AEPPA; a Sra. Carina Elias, do Movimento Professor Sim, Técnico em Desenvolvimento Infantil Não; a Sra. Carol Aguirre, do CMDCA; a Sra. Andréia Fernandes da Rocha, da Asafom/FMDCA; a Sra. Tamar Oliveira, da AEPPA; temos alguém presente do Fórum Gaúcho da Educação Infantil? Não. Alguém presente da Secretaria da Fazenda? Não. Da SMAP? Sra. Adriana. Alguém do Sinpro-RS? Alguma entidade não foi chamada para compor a mesa? Não. A Sra. Elisabete Charão, do Simpa. A pauta de hoje é sobre a valorização docente da rede conveniada. O Ver. Jonas trouxe esta demanda para a Comissão. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Primeiramente, quero agradecer ao Ver. Mauro, uma pessoa muito sensível à causa da educação e acompanha também a rede conveniada há muito mais tempo, até como Vereador. Agradeço a presença dos colegas da Comissão de Educação, todas e todos os presentes aqui, e principalmente as instituições que nos procuraram para que a gente pudesse trazer esse assunto à baila na Câmara, a AEPPA e o movimento Professor sim, Técnico de Desenvolvimento Infantil não. Nós sabemos que a luta da educação infantil, a luta da rede conveniada, vem desde a década de 1980; vários instrumentos foram criados, várias lutas, vários processos, muita coisa passou pela UERGS também, a formação inicial. E hoje a gente chega num debate que é nacional, que é o piso do magistério. Então, uma lei aprovada, que recebe reajustes anuais; o reajuste deste ano foi 14,95%, e isso tem uma discussão em vários municípios, em várias regiões de como valorizar. E uma das formas de valorização, que é fundamental, é pagar o que está previsto em lei, mas aí a gente tem que saber de onde sai esse dinheiro. Por isso que a gente

convidou aqui as instituições, e convidamos também a Secretaria de Educação, que é quem realiza o convênio com as escolas – mais de 200; e também a Secretaria de Administração, que é quem tem relações também com a comunidade porto-alegrense diretamente, Secretaria de Administração e a Secretaria da Fazenda, que tem a ver com planejamento, orçamento, enfim. E o que a gente tem visto em Porto Alegre? Que aquela demanda por educação infantil, a gente já discutiu aqui em outro momento, faltam muitas vagas. E a gente sabe que a maioria das vagas que temos é na rede conveniada, mas nós sabemos também que há uma limitação orçamentária. Então, a gente quer aqui trazer esse ponto de discussão para entender como a gente pode, enquanto Câmara de Vereadores, construir consensos na cidade para melhorar a situação não só para as famílias que são atendidas, mas também para os profissionais, para as professoras, porque há muito investimento, secretário Franzen, na formação. Muitas professoras vão à luta, fazem seus cursos, fazem suas graduações e, no momento, hoje, muitas têm a carteira assinada como técnicas de desenvolvimento infantil, mas estão realizando tarefas docentes. Então, aí nós temos esse impasse entre o que é feito, o que é realizado, e o que consta na carteira de trabalho, porque, afinal de contas, no futuro, essas pessoas vão buscar sua aposentadoria. E aí vão se aposentar como técnicas, mas, na verdade, a vida inteira foram docentes. Inclusive, é bom lembrar que a legislação brasileira prevê aposentadoria especial para quem é docente, então, isso aí também é uma contradição que fica para o futuro. Para a gente não deixar, nós, como vereadores – não é, Ver. Mauro? –, aqui problemas para o futuro, para os que virão depois, agentes públicos, enfim, a própria Previdência Social brasileira, a gente precisa já de antemão começar a construir outros consensos. A gente sabe que a rede conveniada é fundamental para Porto Alegre; não existe ninguém que não tenha ou um filho, ou teve um parente ou um amigo que passou. A minha sobrinha, inclusive, agora o filho dela ficou três anos na rede conveniada, e agora o filho dela foi para o fundamental na rede municipal. Então, aproveitou muito a escola lá na região sul. Então, acho que a gente precisa olhar com acuidade, por isso a ideia desse tema, ouvi-los todos aqui. A Comissão de Educação é de Porto Alegre, e nós estamos aqui como ferramentas, ferramentas

para construir mudanças aqui em Porto Alegre. E a gente sabe que há um esforço coletivo, a gente sabe porque a gente inclusive já ouviu o prefeito falando sobre a importância das redes conveniadas, já viu o prefeito indo conversando. Então, acho que esse é um tema que ele traz, ele já tem uma simbiose entre a situação e a oposição. Aqui não há ninguém contra a rede conveniada; aqui todos nós sabemos que ela é fundamental, então, acho que esse ponto de convergência a gente precisa explorar cada vez mais. Eu quero passar inicialmente a palavra, se me permitir, presidente Mauro, para a AEPPA e demais instituições para vocês trazerem para nós as informações, e depois a gente poder ouvir também os demais que quiserem se inscrever. O secretariado também está aqui, se porventura tiver alguma pergunta, mas eu acho que é muito mais do que perguntas, nós precisamos construir um caminho, construir talvez um grupo de trabalho e, a partir daí, a gente anunciar transformações que a gente precisa perseguir coletivamente. Eu já de antemão me coloco aqui, eu sou líder do PT, e o PT tem hoje o governo federal, nós queremos construir uma interlocução com o Ministério da Educação também para poder somar cada vez mais na cidade, inclusive no sentido de construir novas escolas, que poderão ser também na rede conveniada. Quero passar a palavra para a Fernanda Paulo, que é Doutora em Educação, também presidente da AEPPA e uma lutadora do movimento estadual dos Fóruns de EJA, do fórum Paulo Freire, é uma pessoa que tem se dedicado orientando dissertações, enfim, teses de doutorado na área da educação, na área da construção desse direito fundamental, que é a política de educação no Brasil. Então, quero passar a palavra para ti, Fernanda.

SRA. FERNANDA PAULO: Obrigada, Jonas, uma boa tarde a todas e a todos que compõem aqui a mesa, mas também aos que estão aqui conosco neste auditório contribuindo para essa discussão, que é tão cara e importante para nós. Eu e a Tamar vamos falar um pouco sobre a AEPPA, vou fazer uma pequena contextualização sobre o contexto atual da educação infantil; e a Tamara vai falar um pouco das lutas que antecederam, então, este movimento. Pode ser? Então, eu vou me permitir ler parte do documento que eu já encaminhei para o Jonas – está, Jonas? – para que a gente possa contextualizar o que realmente acontece

na cidade de Porto Alegre. Queridos e queridas vocês sabem que aqui em Porto Alegre, há 30 anos – este ano vai fazer 30 anos que temos, então, os convênios, que se chamavam assim, agora não é mais convênio, é regime de parceria público-privada. Antes chamada de creche comunitária, agora não mais. Então, nós iniciamos com o número de 44 instituições de educação infantil conveniadas em 1993; e hoje nós temos 217, se não me engano, instituições no regime de parceria público-privada. Desde a década de 1990, antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é importante pontuar que se iniciou, então, a parceria entre creches comunitárias, na época, e Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Desde lá, sim, as escolas recebem assessoramento, recebem apoio administrativo-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação. E hoje, fechando 30 anos, ainda não temos nenhuma professora que exerça essa função de professora contratada como tal. Elas trabalham em regime de carteira assinada, e a carteira assinada é como técnica de desenvolvimento infantil, mesmo exercendo a função de docência. Atualmente nós temos as 217 instituições, que são organizações da sociedade civil, mas é importante dizer que, desde a década de 1990, que a Tamar depois vai explicitar mais, há um movimento na cidade de Porto Alegre pela profissionalização e formação dessas profissionais. Não só de educação infantil, mas como o nosso tema é educação infantil, a gente está pautando isso, mas também das educadoras sociais, que atuam pela FASC. Então, a LDBEN exigiu, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a formação profissional, magistério e/ou licenciatura – até hoje é e/ou. Nós temos então vários encaminhamentos da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA, para busca de formação dessas profissionais, contudo, o que acontece? Desde 1998, a gente conseguiu, via Prefeitura Municipal de Porto Alegre, curso de magistério na Escola Emílio Meyer, depois a Tamara vai explicitar um pouco, mas há uma rotatividade muito grande dessas profissionais, porque elas terminam a sua graduação e não recebem, não são valorizadas como tal. Então elas procuram outro emprego, obviamente, onde possam receber e ter condições melhores de vida. Uma questão é a rotatividade dessas profissionais e a dificuldade das instituições de contratar profissionais para trabalhar nas escolas, porque não tem essa

valorização. A bandeira da AEPPA é também a formação Inicial e continuada, a valorização e o reconhecimento dessas profissionais que atuam na educação infantil. Em vários momentos da série histórica da atuação da AEPPA, realizaram-se vários encontros formativos de mobilização em prol da formação, onde, inclusive, a Asafom esteve junto, e muitos foram fomentados por dentro da Asafom e a AEPPA participava com suas bandeiras, lutando pela valorização e reconhecimento das profissionais da educação infantil.

Uma outra coisa importante é a gente parar para pensar, talvez, na possibilidade de um GT mesmo, porque essas nomenclaturas, monitor, auxiliar de classe infantil, desenvolvimento de técnica infantil, elas servem para precarizar o trabalho docente, e a gente precisa levar muito a sério, porque não é isso que diz a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, e a gente também não está levando em consideração o Plano Nacional de Educação.

Outra questão é que na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, tem a função de docente, mas o sindicato que hoje é responsável pelas educadoras não é o sindicato de professores, é o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação Profissional no Estado do Rio Grande do Sul – Senalba. É um outro ponto que a gente precisa trazer, porque é importante discutir quem é que representa as profissionais que atuam na educação infantil parceiras.

Outro dado que o Ver. Jonas trouxe é que, segundo os nossos estudos, AEPPA e Asafom, em média, 85% das vagas da educação infantil de Porto Alegre são atendidas pela rede conveniada – nem é rede, mas pelas instituições parceiras. Então, é importante a gente situar o serviço que essas instituições prestam ao Município.

O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação, lendo e estudando o [Plano Municipal de Educação](#), devem regularizar as instituições do sistema municipal de ensino e educação infantil privada, na categoria particular, comunitária, concessional ou filantrópica. Neste caso, nós apostamos que todas as instituições comunitárias estão funcionando com o aval do Conselho Municipal de Educação. Mas por que não cumprimos o que diz a [Lei de Diretrizes e Base da Educação](#) e o [Plano Nacional de Educação](#). Temos ainda

profissionais que atuam com pedagogia ou estão cursando pedagogia, tem dificuldade de ingressar na universidade pública, porque suas instituições ficam muito longe da UFRGS, então tem toda uma questão, que a carga horária de 44 horas semanais não possibilita que esses educadores possam se qualificarem e melhorar o atendimento das crianças na educação infantil.

Para resumir, porque eu quero que a Tamar possa trazer também alguns dados, eu penso em um questionamento que é bem importante, a partir da pauta da AEPPA, é a questão, de novo, do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação Profissional – Senalba, que não contempla a realidade do trabalho de docentes da educação infantil. Também quanto a uma outra inquietação que é a falta de um plano de carreira e efetivação da legislação educacional referente à formação e valorização docente. Muitas educadoras nos relataram que cursaram graduação em pedagogia e não foram contratadas como professoras e isso ocasionou, em vários casos, prejuízos quanto à pontuação de experiência profissional em concursos públicos e prejuízos quanto à prova de títulos e a procura de emprego quando exigem experiência, porque elas não são professores; elas são técnicas de desenvolvimento infantil. Fora todas as questões que eu não vou repetir que é a questão que o Jonas colocou da aposentadoria. Não é apenas esse problema. Outra questão é a desvalorização do trabalho especializado e da garantia de condições de trabalho para quem busca a qualificação profissional, e estas que têm baixos salários não conseguem acessar às universidades públicas e tampouco pagar uma universidade. Está bem complicada a situação. Frente a isso, nós, da AEPPA, quando surge novamente a mobilização – professores sim, e técnico de desenvolvimento não –, nos reunimos em janeiro e decidimos construir um curso para formação e mobilização política. Esse curso é denominado como educação infantil comunitária, valorização, reconhecimento e formação. Neste curso a gente recupera a história da educação infantil em Porto Alegre, legislações, para que a gente se fortaleça nessa luta, e conseguimos o apoio do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Canoas, para nos certificar.

A partir dessas colocações, três pontos: o reconhecimento das profissionais da

educação infantil comunitária parceirizada, que possuem formação adequada conforme LDB, é mais do que urgente, é necessário pautar; é necessário um sindicato adequado, que represente a categoria e a construção de um plano de cargos e salários; e é indispensável a reestruturação da política de parcerização vigente, respeitando os documentos que versam a educação infantil como primeira etapa da educação básica, sobretudo, no que diz respeito aos professores e professoras habilitados em nível médio e/ou superior, para a docência na educação infantil.

Repito, não temos nenhuma profissional na rede, que não é rede comunitária, que seja formalmente professora. Isso é gravíssimo e é uma vergonha para o nosso Município. Muito obrigada. Espero ter contribuído.

PRESIDENTE MAURO PINHERIO (PL): Registro a presença do Ver. Giovani Culau. Também fazer uma saudação especial ao Rafael Fleck, chefe de gabinete do nosso vereador que, infelizmente, partiu muito cedo, Ver. Mauro Zacher, ele tinha um mandato muito ligado às escolas infantis. Seja bem-vindo, Fleck, se quiser fazer uso da palavra, sei que tens bastante conhecimento e pode nos ajudar. Obrigado pela presença.

A Sra. Tamar Oliveira está com a palavra.

SRA. TAMAR OLIVEIRA: Boa tarde. Só quero fazer uma correção. Eu sou a professora Tamar Oliveira, assim sou conhecida, muitas vezes chego nos espaços e meu nome é conhecido e o meu físico não. Fazia muito tempo que eu vinha na Câmara de Vereadores e, nas primeiras vezes que nós entramos aqui, em 1993, foi para buscar formação.

O movimento da AEPPA começa muito antes de existir a própria associação. Nós discutíamos o que era a educação popular e o que nós queríamos trabalhar com as nossas crianças a partir lei do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. O Conselho Tutelar da Micro 5, dentro do próprio conselho, fundou uma comissão do fórum de educação da Micro 5, e nós, enquanto educadoras, eu tinha 30 anos a menos, muito novinha, dizíamos o que nós queríamos de formação. E já, naquele momento, a gente dizia que queríamos ser

reconhecidas. Eu sou filha de professor, e o meu pai nunca trabalhou 44 horas semanais e ganhando um salário que hoje é R\$ 1.800. O salário das educadoras das creches, hoje, é R\$ 1.800, e o meu pai era professor, e o meu pai sempre dizia para mim assim: estuda, porque é através do teu conhecimento que tu vais conquistar as coisas.

Quando a gente começou os encontros que a gente fazia de educadoras na Vila Primeiro de Maio, no Jardim Cascata, e Embratel, a gente subia uma lomba e nos encontrávamos aqui, quatro educadoras, e nós dizíamos, gente, tem uma dirigente na instituição que ela fala a nossa língua, ela fala sobre educação popular e o tipo de formação que a gente precisa para dar conta das crianças da nossa comunidade. A partir daí, a gente começou a discutir. Isso foi em 1991. Então, a AEPPA foi fundada em 2000 e, no primeiro momento que a gente sentou para pensar assim, no dia 24 de junho, de fazer um encontro São João cidadão e dizer se nós vamos fazer uma associação para que nos represente aonde nós estivermos nas nossas falas, a gente pensou assim: é educação popular, é a formação do educador, é a questão do nosso reconhecimento e da valorização do profissional. Eu não estou falando em valorização; é a valorização. Se tu pensas e consegues pegar todos os dados que a Fernanda traz, de quantas instituições comunitárias tem hoje, 217, mas já chegamos a 295, quando eu frequentava o fórum antes da pandemia, eram 295, algumas perderam a parceria. Quem saiu prejudicado? Mesmo as educadoras não tendo o salário que tem que ter, as comunidades onde não tem mais esse atendimento. Eu sou da Glória, e ali perto da Glória, a professora Jussara Cabeda, que está aqui, da Renascença, sabe quantos atendimentos fecharam e quantas das nossas crianças ficaram sem vaga.

Apesar de eu ter que falar da questão da história da AEPPA, eu me fiz a fazer esse movimento. Quando me tornei presidente responsável pela AEPPA, nós estávamos assinando um convênio com a universidade da PUCRS, com o IPA, com a FAE Sévigné para formação, e, naquele momento, a gente conseguiu que 1.972 educadores tivessem formação superior, a maioria, sim, pedagogia. Por que foi a associação que foi fazer? Porque, naquele momento, o poder público de Porto Alegre não quis isso. E o Ministério da Educação disse, se o poder

público, que é responsável pela educação infantil em Porto Alegre, não quer, organizem a associação e a gente vai fazer convênio com a associação. Mas, nesse momento, a gente está trazendo uma coisa que é de responsabilidade do Município, a educação infantil é a responsabilidade do Município. Eu estou trazendo para vocês que a nossa discussão é de 1990 e a gente já está quantos anos depois e a gente continua trazendo a mesma coisa. A gente precisa que os nossos educadores sejam reconhecidos. Eu sou uma pedagoga que ganha R\$ 1.800 por mês, eu tenho formação, tenho gestão escolar. A minha opção de estar dentro da comunidade é porque eu quero dar um retorno de todo esse movimento que a AEPPA trouxe e de todo esse benefício que eu tenho da AEPPA. Do mesmo jeito que a Fernanda, que é doutora, que tem todas as outras formações. Então, a história da AEPPA não de agora. A gente tem um *link* de acessar, em 2000, o que a gente fez, em 1998, eu estava gestante, a minha filha hoje tem 23 anos, a gente participou de todas as plenárias que a gente pode do Orçamento Participativo para elaborar a grade curricular do curso normal, que acontece na Escola Emílio Meyer. Claro que depois foi para o Liberato Salzano. Então, eu me construí construindo esse movimento, que é muito importante. Em 2001, a gente somou como movimento negro de Porto Alegre para a questão da UERGS. Esse movimento a gente veio na soma, era uma pauta que pegava todos, não interessava se eu sou branca, se eu sou negra, se eu isso, era uma demanda de formação. Depois, em 2004, a gente foi negociando e pensando assim “agora eu não quero só o magistério.” Eu era de uma turma, e eu pensava “eu não quero só o magistério para mim, eu quero pedagogia, mas como é que eu vou fazer pedagogia se eu ganho R\$ 1.800,00?” A partir daí fomos construindo as propostas, junto com os vereadores que naquele momento a gente elegeu, dizendo: “Olha, nós queremos formação, a gente quer saber como é que a gente acessa a questão de a gente poder estar dentro de uma universidade sem que a gente possa pagar, mas que a gente possa ter a formação.” Isso aconteceu. A gente construiu, durante os anos de 2004 e 2005, a proposta do curso que aconteceu na PUC, para os 126 educadores que se formaram na PUC, e não foi assim “Ah, esse curso veio pronto.” Ele veio, foi discutido, eu trabalhava no Rincão, muitas vezes eu saía do Rincão correndo

para chegar na PUC, que a gente trabalhou durante um ano todo construindo na grade curricular de lá. Então, a gente tem o conhecimento, as educadoras já têm informação, ou tem magistério, a maioria já tem pedagogia, e por que não esse reconhecimento? Lá na carteira está escrito “técnico em desenvolvimento Infantil”. Eu também sou uma dirigente que faço isso, e eu não consigo fazer o reconhecimento das educadoras porque os valores que se recebem nessa parceria não contemplam para fazer isso, que é de responsabilidade do Município. A gente foi, ao longo desses anos, construindo todos esses projetos de formação, depois a gente fez convênio com IPA, que foi onde a Fernanda se formou, e a gente sempre trouxe isso, durante todos esses anos. Desde 1990, a gente discute a importância da formação dos educadores, mas também a questão do reconhecimento profissional e a valoração dessa atuação e dessa rede de parcerias que tem a Prefeitura com as instituições comunitárias. A associação que eu represento hoje aqui é a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, mas eu sou dirigente de uma associação, que eu vou informar a vocês, que no dia 30 de dezembro deste ano irei fechar o atendimento de 41 crianças da educação infantil, e sabe por quê? Mesmo eu indo em todas as plenárias do orçamento, e fazendo gravar no orçamento participativo convênio para instituição que eu estou responsável, eu não consegui efetivar isso, e eu não consigo mais manter essa instituição, e essa instituição foi premiada com seis projetos de pedagogia, de pedagógicos, com instituições de outros estados no Brasil, isso, sim, o Município de Porto Alegre não reconhece esse trabalho. As pessoas que vão visitar a instituição dizem: “Olha, Tamar, que maravilha o teu trabalho pedagógico.” Eu digo: maravilha é tudo que os educadores populares fazem dentro das instituições, não interessa em qual canto ela esteja em Porto Alegre, os educadores dão conta, são profissionais e não são reconhecidos. Então, a vivência dessa busca, dessa formação, ela tem uma história, ela tem um movimento que não foi só o movimento da AEPPA em sim, a AEPPA trouxe o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, trouxe a questão da Conselho Municipal de Educação, trouxe a questão da (Ininteligível.) e qualquer outro segmento que naquele momento quisesse somar na escrita ou na busca da formação e do reconhecimento

profissional, a gente sempre esteve junto, porque dói no pé, dói no calo de todo mundo. A Carol, hoje representante do CMDCA, eu sei que em outros momentos ela é representante de uma instituição e que ela gostaria muito de ser reconhecida entre os profissionais que estão lá. (Ininteligível.) AEPPA, não é de agora, quando a gente começou a discutir eu era muito novinha, muito antes de 1990, junto com meu pai, que era um líder comunitário, e ele sempre dizia para mim: “Se você não for dizer o que você quer, ninguém vai adivinhar, então estude, tenha formação e tenha conhecimento para ter como falar com as pessoas e dizer: ‘olha, nós estamos aqui.’” Mas se é um regime de parceria, onde é que está o meu parceiro? Então a gente precisa, realmente, ter esse grupo de trabalho para que se consiga visualizar tudo isso, de várias leis que estão sendo respeitadas e que a gente paute mesmo a questão do reconhecimento e da valoração dos educadores que atuam nas creches comunidade de Porto Alegre, que nem tem mais esse nome, mas a gente se habituou a falar assim. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Sra. Caroline Aguirre está com a palavra.

SRA. CAROLINA AGUIRRE: Boa tarde, cumprimento os vereadores e todas as instituições que estão aqui. Eu represento hoje, como presidente, o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; faço parte também da instituição Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz, como coordenação; e sou parte também do Movimento Professor, Sim. Eu acho que a gente pode estar fazendo um retrospecto, na verdade, em relação ao papel, principalmente, do CMDCA, junto com as instituições. Nós estávamos conversando esses dias que lá em 1993, 1994, o CMDCA fez parte do início das instituições, até de forma financeira, financiando as instituições durante algum período, antes mesmo da Prefeitura, a SMED entrar e fazer os convênios na época. Naquela época, tem algumas pessoas que falam que eram 30, outras pessoas falam que eram 40 instituições, mas o importante é que iniciou. Eu acabei anotando algumas questões para a gente poder lembrar, e eu acho que

uma das questões em que é importante a gente dizer, nós, como diz a Fernanda, como diz a Tamar, estamos há 30 anos já com a educação infantil, que antes não era educação infantil, antes era somente creche...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CAROLINA AGUIRRE: Exato, creches conveniadas. E eu recorro muito, porque eu estou já nessa função nas instituições também quase o mesmo. Nós iniciamos lá como “tias”, e eu não canso de fazer a mesma fala, porque eu acho que a gente tem que retomar que nós avançamos. Nós começamos como “tias”, fomos para “recreacionistas”, fomos para “educadoras”, fomos depois para “auxiliar”, fomos para “técnico”; hoje estamos como “técnicos.” Então, nós tivemos um crescimento, e nós fomos crescendo junto com a educação infantil de Porto Alegre. As instituições foram se capacitando também, elas foram se tornando instituições de educação infantil, ao mesmo tempo em que o profissional foi se formando e se qualificando, porque lá no início essas instituições, muitas eram associações de bairro. Essa associação de bairro era composta principalmente pelo presidente, os seus filhos, que, muitas vezes, acabavam sendo os próprios funcionários; esses funcionários se qualificaram, se renovou, vieram novos profissionais, esses profissionais, muitas vezes, hoje, já têm magistério, pedagogia, pós, então nós estamos com um grupo muito bom de profissionais. Ao mesmo tempo, nós ainda temos falta de profissionais, isso é importante dizer, então se a seguir algumas instituições no Facebook, Instagram ou mídias, a gente vai ver que a maioria das instituições está à procura de funcionários, e nós já estamos no mês de março e ainda tem salas sem professores, sem educadores. Então, eu fico perguntando: é por que não existe mais profissional no mercado? É pelo baixo valor que este profissional não quer vir para nossas instituições? É pela quantidade de horário que este profissional não está se habilitando para vir para as nossas instituições? Então, olha a quantidade de questões que a gente também tem que ficar se perguntando e realmente se questionando. Eu já faço alguns encaminhamentos para a gente poder ir avançando, e eu fiz meus encaminhamentos divididos por tema e por

setor, bem prático. Para os vereadores, só eu acho que só esta reunião, de nós podermos estar conversando e discutindo numa comissão que é realmente deste tema, na Câmara, eu acho que isso é fundamental. Com a presença da SMED, da Fazenda, isso é muito bom para que a gente possa estar... E eu reforço, num parênteses, que a solução, provavelmente, não vai sair agora, ela não vai sair amanhã e não vai sair daqui, mas nós vamos estar caminhando, como é um passo de cada vez. Então, como proposta, realmente, é que os vereadores possam ver e rever os recursos financeiros, eu acredito, para que a própria Prefeitura possa fazer essas trocas, porque não é simplesmente trocar nomenclatura, não é simplesmente isso... É muito fácil ir lá e trocar para “professor”, deu, mesmo valor de R\$ 1.800,00. Não é isso. Lógico que a gente entende que não vai ser também de uma hora para outra, também os salários compatíveis e tudo mais, mas a gente tem que chegar a um meio termo também, e isso requer recursos.

Também eu acredito que a AEPPA, a SMED, a Câmara precisam proporcionar e criar mais locais para pedagogia, principalmente, e gratuitos. Formações, nós precisamos de formações e, e nós precisamos que esses profissionais que ainda não têm a formação possam fazer e esses profissionais que gostariam de alguma forma, a gente captar. Eu acho que essa é a palavra “captar” mais profissionais. Tem o magistério também, mas magistério já é gratuito. A SMED, ver as possibilidades de recursos. Nós falamos de uma rede e falamos também de uma qualidade de educação, a qualidade de educação envolve muito mais coisas, a qualidade de educação não é só comida na mesa, não é uma instituição atendendo das 7h às 19h ou das 7h às 17h, não é somente isso; não é somente estar atendendo diariamente e não é dando alimentação, ambiente adequado, não é só isso, mas é também qualificando e tendo esse profissional com uma formação e reconhecido, ele estar motivado para isso. Para os educadores, para os profissionais de apoio, para os nossos professores, é ampliar ainda mais esse movimento e não desistirmos jamais. Então eu acho que é esse o grande chamado de hoje. Que esta reunião seja somente a primeira e que nós possamos realmente ir lutando. Nós estamos com 30 anos, terminou, deu, agora

a gente não vai fazer mais 30, então, agora, a gente vai concretizar aquilo pelo qual a gente já lutou durante 30 anos. Muito mais, é só um *enter*. Muito obrigada.

SRA. CÍNTIA MATTOS: Sou coordenadora pedagógica da Escola de Educação Infantil Vovó Belinha, na Bom Jesus, uma escola comunitária, que atende 124 crianças e também contrata, como Técnico em Desenvolvimento Infantil, pessoas com formação em pedagogia e magistério. Então, acho que as gurias já contemplaram uma linha de tempo, acho que eu vou falar um pouquinho sobre como o movimento “Professor, sim; Técnico em Desenvolvimento Infantil, não” foi constituído. Uma demanda da EPA/UFRGS, no curso Qualidade na Educação Infantil que foi ofertado exclusivamente a trabalhadores das escolas comunitárias de Porto Alegre. A gente, lá, discutindo, nos vários eixos de estudo, essa instituição, como essa instituição se constitui, como se dá essa qualidade da educação infantil. Os pontos, toda vez que a gente estuda, a gente faz mais perguntas do que acha respostas; e a gente constitui grandes perguntas no momento de estudo. Nesse momento de estudo a gente se entendeu como professor, mas não se reconheceu dentro dos lugares como professor. E aí foi quando esse movimento surgiu. Em algumas conversas pós-aula, Carol, indo até o estacionamento para pegar o carro, dando carona para os colegas. A gente teve muitas desistências do curso no meio do caminho, porque as pessoas não conseguiam chegar até a universidade, não no horário pós-trabalho, sair de lá todas as quintas-feiras, às 11 horas da noite. Então, teve lá quem precisou, quem acredita, quem acredita nessa qualidade da educação infantil. E ela fez uma grande diferença, ela fez com que a gente repensasse a nossa escola, a gente repensasse a nossa qualidade, a gente se qualificasse, fizesse algumas mudanças curriculares, recebesse algumas visitas da SMED, entendesse o que a SMED queria da gente, mas, ao mesmo tempo, nesse outro lado da fatia, a gente começou a entender que não; que só um pouquinho, eu estou me qualificando como profissional, eu tenho a formação como profissional, estou trabalhando dentro da escola comunitária, eu quero estar lá, eu quero ser um professor da escola comunitária; eu não quero ser um professor que está na escola comunitária durante um tempo, durante a minha formação, e faço um

concurso... Existe um gosto pessoal em fazer um concurso e seguir, mas existem também aquelas pessoas que querem estar na comunidade, que querem fazer uma educação popular, dentro das comunidades. E é preciso reconhecer esses profissionais lá; então, esse movimento caminhou; a gente teve a oportunidade de ter o Fórum nos apoiando, a EPA nos apoiando, desde o princípio; a gente formou um grupo de trabalho, a gente está construindo um documento, a gente está nos espaços, conversando com as pessoas, a gente está aqui conversando com vocês, para que se caminhe para isso, porque o que fizemos até agora foi uma grande evolução. Toda essa trajetória de 30 anos da escola comunitária, dentro Município de Porto Alegre, já nos trouxe muitas estrelinhas, muita glória. A gente era exemplo no Brasil todo. Nós fomos exemplo, seguidos no Brasil todo; a gente reconhece isso, só que a gente não pode estacionar nesse processo evolutivo. Essa escola foi se qualificando, assim como a Carol fez, agora, essa linha do tempo, de tia – fomos de crecheiras para tias; de tias para recreação e para auxiliar; agora estamos técnicos e temos o direito de estar professores no futuro próximo. O caminho é esse, é ser professor amanhã. Não vai ser uma coisa fácil; aí eu deixo eu trabalho para vocês, de pensar isso, dessa secretaria pensar, desse financeiro pensar como a gente vai construir. A gente sabe que ninguém vai dormir Técnico em Desenvolvimento Infantil e acordar professor, mas a gente se constituiu em 30 anos. Agora é a hora desse Estado constituir esse professor, num caminho, e que esse profissional veja uma luz no final do túnel. Há uma colega nossa, que está aqui, na plateia que se formou no sábado passado em pedagogia, é minha professora, entrou lá com ao magistério, é minha Técnica em Desenvolvimento Infantil, se formou em pedagogia. Eu quero que ela seja professora, ela merece isso. Muito obrigada.

SRA. CARINA ELIAS: Boa tarde a todos, faço parte desse lindo movimento. Eu não vou me alongar, só quero cumprimentar mesmo a todos, dizer que é uma satisfação poder estar aqui hoje para debater esse assunto. A Educação sempre nos motiva, nos incentiva, nos faz resilientes, nos faz perseverantes; então, ver toda essa história, já contada, essa fala da Cíntia, que muito expressa tudo que a gente vem fazendo agora. Então, só quero realmente agradecer e dizer que é

com vocês agora, porque a gente tem feito, sim, vai seguir fazendo. E nós queremos, eu também quero que todos os profissionais que estão se qualificando se mantenham na minha instituição, se mantenham frente a educação comunitária, que se sintam, de fato, valorizados, que a educação seja de qualidade; para ela ser de qualidade, já está sendo feita por professores. Agora a gente não pode mais seguir nessa linha do fazer educação por amor; nós temos que fazer educação como a gente faz, com amor, com reconhecimento e valorização. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Vereador Giovane Byl está com a palavra. Ele vai fazer seu pronunciamento agora porque precisa se retirar antes.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Obrigada, presidente Mauro, boa tarde colegas vereadores; parabéns Ver. Jonas Reis por ser proponente dessa matéria, e o Ver. Mauro entender a sensibilidade e dar prioridade aqui na nossa CECE, Ver. Giovani, Ver. Gilson, meu amigo, meu parceiro, secretário de Educação, representante da SMAP, quero deixar um registro aqui, primeiramente dizer que a minha filha se formou na rede conveniada; dos dois aos seis anos ela ficou na rede conveniada, lá na Mário Quintana; quando ela foi, presidente, para o primeiro ano, as professoras se surpreenderam com o nível em que ela estava. Isso foi agora, porque, antes de ser vereador, era membro da comunidade, então minha filha garantiu a vaga para ela, tendo essa formação; hoje ela está no nível, lá na escolinha, à frente das outras crianças, porque ela teve essa educação de base na rede conveniada municipal. Por que estou falando isso? Porque isso é notório, é comprovado, não precisa provar a qualidade do ensino para as nossas crianças, que a rede conveniada proporciona, num formato barato para o Município. Então, vocês estão formando crianças, estão encaminhando para alfabetização, crianças num nível muito acima do que talvez fosse planejado, porque as crianças chegam, como a minha filha chegou, já prontas para receber a alfabetização. Isso sai muito barato, o custo disso para o Município é muito barato. Eu quero me somar; a luta de vocês é legítima, essa valorização; esse reconhecimento é legítimo; não tem como não

reconhecer, Gilson, essa luta. E Mauro que está aqui há mais tempo, acompanha essa luta a mais tempo, é legítima. Eu acho que realmente chega nesse ponto da luta em que se tem o entendimento que precisa avançar; bom, agora a gente precisa dar os passos para, de fato, formalizar. Eu quero dizer que essa é uma luta que depende de muitas mãos, secretário Franzen, é uma luta que depende de muitas mãos, Fazenda, SMED, Legislativo, Executivo que precisa entender, o sindicato. É uma luta coletiva, mas eu acho que um grande passo vocês estão trazendo aqui, que é trazer para comissão, acho que o presidente acatou, pela importância. Só quero dizer que nós nos colocamos à disposição – é uma luta justa. Eu falo por mim, mas eu acho que o Jonas deixa muito bem, acho que é unanimidade, entre situação e oposição, que está na hora, sim, de serem reconhecidos como professores, como professoras da rede conveniada. Eu me coloco à disposição, peço desculpa por não poder estar aqui, mas é uma questão familiar, eu preciso estar com meu filho nesse momento. Então, parabéns pela luta, tenham aqui o Ver. Giovane Byl como um parceiro dessa luta junto com vocês. Já fomos parceiros, não é Carol, conseguimos aprovar a lei que garantiu o pagamento da rede conveniada, retroativo durante a pandemia, e o Mauro citou aqui o saudoso Ver. Mauro Zacher, que foi parceiro também; foi unânime aqui na Casa, mas nós construímos esse projeto juntos, no gabinete. a Roberta, a Rose Ceroni, conseguimos num tempo até recorde aprovar aquele projeto de lei que deu essa segurança, presidente, garantiu o pagamento retroativo no período de pandemia; queira Deus que não, mas, se houver uma nova pandemia, o pagamento está garantido, mesmo não tendo atividade. Obrigado presidente, parabéns pela luta, contem conosco.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Convida a Sra. Margot a compor a Mesa.

SRA. ANDRÉIA FERNANDES DA ROCHA: Boa tarde para todas e todos; faço parte da coordenação da Asafom, que é personalidade jurídica do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Estou num lugar muito confortável porque eu fui atendente de creche privada, eu fui educadora

recreacionista de creche privada; hoje vejo meus ex-aluninhos com 30, 31, 32 anos, alguns são formados, já fizeram prova da OAB, passaram, me mandam: “Oi, tia.” Fiz isso porque eu fui tia.; não tenho vergonha de ter sido tia, mas já fiz parte do movimento tia não; profe sim. A Carol me conhece um tantão – acho que a gente retornou a um assunto pelo qual eu luto muito. Quero parabenizar a todos vocês aqui, cumprimentar, porque essa luta é grande. Não é só aqui em Porto Alegre, nas parceirizadas, e sim nacional, nacionalmente, o profissional da educação infantil é desvalorizado. Está aqui a Margot, do Sinpro, que sabe que a luta foi grande para quem já fez parte do Sinpro, como eu, porque eu trabalhei em escola privada; eu, de coração, de DNA, de missão, estou nas parceirizadas por opção minha, pouco ou não; é uma opção minha, particular, de projeto de vida, estar dentro das comunidades fazendo a coordenação, a direção pedagógica. Fui professora muito tempo de educação infantil, fui alfabetizadora, alfabetizei em Braille, conheço bem a realidade da diversidade para dizer para vocês que é uma luta que só está sangrando agora porque, lá em 1990 e poucos, lá com o Sinpro, com o Sindicreches, as dez primeiras lá do Sindicreches, que fizeram ou que faziam parte de uma daquelas, eram educadoras, na época, recreacionistas; então a luta foi, partiu, saiu do Senalba para continuar; as profissionais que estavam no privado, só privado, escola privada, foram para o Sinpro ou pra o Sindicreches, e aí se tornou uma outra patronal, e a comunitária foi ficando para depois. Um dia ou depois, chega; e chegou da melhor forma, eu acho, da forma mais bonita, que é trazer de dentro daquele que trabalha a estima baixa. Eu acho que a gente está falando aqui também de estima, porque nós não somos, não temos erário que nos remunere pelo retorno que temos dentro das comunidades – como se vê aqui, o vereador e muitos outros já passaram por nós.

Também faço parte lá da Associação de Mulheres Nossa Senhora Aparecida, que tem 21 anos de casa, 23 anos que ela existe, mas 21 ou 22 anos de educação infantil. Muitas das nossas crianças fizeram, na época, o Acelera, elas não ficaram no 1º ano, foram para o 2º ano no Estado, em privadas. Então eu quero dizer que nós cumprimos as resoluções que a SMED traz, que a lei Magna traz, nós temos profissionais de qualidade, nós temos qualidade onde nós

atendemos, mas nós temos algo que nos entristece, que nos desestimula, e isso é na educação infantil em geral, porque nós ganhamos pouco também, o privado ganha pouco. Um piso de R\$ 13,00 ou R\$ 14,00 a hora mínima do profissional no privado é um absurdo. Não é isso, Margot? Então qual é a nossa hora/aula? Eu tenho, sim, ex-profissionais da privada que trabalham conosco também porque a gente assina com a nossa causa, no nosso cenário, é por uma luta, é por uma missão que a gente vai para dentro das escolas comunitárias, não é por *status*, mas a gente tem uma estima baixa, porque, quando a gente chega em um lugar, as pessoas falam “ah, elas vieram defender, é pobre rico”. Aqui não é pobre rico, aqui as crianças são todas iguais, e nós também somos todos iguais, os professores são iguais, sim. Agora, eu posso optar por querer estar dentro de uma comunidade mais carente, de um bairro menos provido, porque é lá que eu quero chegar, não é estar em outro bairro – eu não tenho nada contra. Nós não estamos aqui brigando, nós estamos falando de alguns profissionais, só que eles respondem por quase todo o sistema municipal de educação infantil, da rede de recursos públicos municipais; somos nós que respondemos, e nós ganhamos muito pouco para fazer muito, muito. E aí, eu vejo que o valor é diferente quando eu vou lá e quero comprar uma vaga, eles não vão deixar isso assim, que a coisa é mais embaixo, o profissional da educação infantil é desvalorizado no Brasil inteiro, tanto que nós temos ainda algumas escolas privadas de Porto Alegre com um piso diferente. Se eu sou profe: “Ah, tu és só da educação infantil, tu ganhas tanto”; mas: “Ah, se tu és professor do 5º ano do ensino médio...” – quem já foi sabe – ganha mais, e dá a mesma aula, às vezes, não está o dia todo com a criança, não enxerga toda a evolução, vai lá e dá só um recorte – professor de química, professor de matemática. Eu não estou desmerecendo, porque eu tenho colegas maravilhosos, mas o profissional que está lá na base, nós temos a cultura no Brasil de que o profissional que trabalha com crianças de 0 a 6 anos, de 0 a 10 anos, ele trabalha só para criança, ele pode ter qualquer formaçãozinha básica; os outros têm doutorado, vão lá para outra esfera, vão ganhar R\$ 50,00 R\$ 60,00 a hora. Quando a criança precisa de mais atenção, de pessoas mais preparadas, com mais estudo, todas as esferas pagam menos; na parceirizada, menos ainda, e é a que mais atende as crianças de Porto Alegre. Então aqui o

fórum está para mim, para dizer para vocês que a gente está junto, que foi a primeira coisa que eu falei para vocês lá no auditório da Santa Casa: que eu era disso, eu era desse movimento, que eu conhecia como é que aconteceu, que eu fui parte disso e sou parte pertencente de que esses locais são onde a gente mais precisa formar crianças, atendê-las, desenvolvê-las, dar o melhor que possamos dar em todas as oportunidades, porque a gente não sabe para que escola essa criança vai, que oportunidade ela vai ter – quiçá tenha boas oportunidades, nem sempre é assim. Às vezes, está longe; às vezes, não tem locomoção; às vezes, não tem quem leve, vai faltar muito, e a aprendizagem vai se desfazendo. Mas, se eu tiver indivíduos muito estimulados, motivados, que gostem do estudo, eles conseguem também se autoajudar em casa, porque às vezes eu não vou ter meu pai ou minha mãe podendo me ajudar quando eu estou no 4º ou 5º ano, porque eles não conseguiram terminar. Essa cadeia que a gente quer desfazer, quebrar, melhorar, qualificar e atender. Então aqui hoje nós temos um movimento bem bonito. Eu lembro dela, porque eu sou do Rincão, represento o Rincão, e já tivemos uma luta muito grande. O mais bonito de ver é que ela veio de quem trabalha com isso, de quem está nisso. E são muitas essas crianças, são muitas, é muito difícil manter uma escolinha, como se diz. Imaginem uma que a gente não solicita mensalidade, que a gente não depende dos pais, a gente depende da nossa boa vontade, das parcerias, do troca-troca, um faz isso, outro capina, outro faz outra coisa. E é bem assim, ninguém faz mais nada de graça, nem consegue, porque as pessoas precisam trabalhar. E que bom que a gente está aqui, que a gente possa pensar sobre isso, mas vamos pensar muito além. Sangra mais na parceirizada porque ela ficou para trás, porque ela não foi junto, porque não ficamos junto, continuamos lá, como diz a Carol, no técnico. A CBO vai para a educação, mas aí eu não tenho a nomenclatura, são várias questões que nos envolvem, mas o maior de tudo é não termos uma estima, não sermos considerados como as pessoas pesquisadoras da educação infantil. Todas nós, dentro das nossas comunidades, sabemos quanto os nossos profissionais, as nossas educadoras têm qualidade, têm formação, e são olhadas de forma diferente em vários espaços, como se não tivessem. E eu pude perceber isso, semana passada,

quando estive aqui, gente. Educadoras, todas somos iguais; nós só optamos por uma questão de missão pessoal, de vontade, do nosso olhar e da nossa sensibilidade: eu quero atender criança da comunidade. Também a educação infantil privada não está conseguindo, eu conheço várias pessoas que não estão, porque o profissional não é valorizado de forma geral, de forma geral. Precisamos pensar sobre educação infantil, e eu acredito que todos nós, juntos, possamos pensar que essas crianças de hoje possam estar aqui daqui uns 10, 12, 15 anos; que a gente não as perca para outros espaços, pelas encruzilhadas da vida. Que a gente consiga ter uma Porto Alegre que pensa na criança – que bonito seria, né? Eu sou aquela que gosta de conversar, sonhar, mas eu sei que é difícil, pela questão monetária, trazer isso, de fato, para ontem, mas, junto com o Sinpro, junto com outros, com outras patronais, que a gente possa pensar junto com a Prefeitura uma forma de melhorar isso, gradativamente, assim como se fez isso um dia nas privadas. Essa é a minha fala, quero dizer que eu estou muito confortável, porque parece que eu estou hoje com 21 anos, vendo tudo de novo, feliz. Muito obrigada.

SRA. CINTIA MATTOS: Oi, eu só queria fazer uma complementação, porque ela trouxe a hora/aula do professor na escola particular como R\$ 13,00, que já é algo obsceno; na escola comunitária, é R\$ 9,00; a passagem para ir trabalhar é R\$ 4,80, todos os dias, e aí a hora/aula desse professor é R\$ 9,00. É obsceno, gente, é tipo assim, de a gente parar para pensar o quão vergonhoso isso é. Agora que a gente faz elucidação dos números e começa a entender o trabalho que se faz dentro da comunidade, começa a entender esses espaços, a gente entende; como o colega vereador falou antes de se retirar, não é uma questão deste ou daquele partido, de situação ou de oposição, é uma questão de todos nós entendermos que é importante a qualidade na educação, nós temos esse consenso. E agora o que faremos? É daí que partimos, vamos discutir o que faremos? Temos consciência de que queremos professores. Queremos professores, vamos reconhecê-los? Vamos. E agora, o que faremos? Um detalhe que a Carol me chamou a atenção aqui no cantinho é em relação ao sindicato. Esse sindicato Senalba se constituiu porque as escolas comunitárias

nasceram de OSCs, elas nasceram desse espaço de assistência, então o Senalba automaticamente é o sindicato porque as escolas comunitárias, em sua grande maioria, nasceram de associações e de organizações da sociedade civil. Então o Senalba estava junto e acabou crescendo junto quando houve o convênio e, mais tarde, o sistema de parceria. Contudo, vamos reconhecer, que bom, não é mais nessa situação que estamos; as escolas comunitárias trabalham com políticas de educação, os trabalhadores de sala são professores, então, automaticamente, essa revisão de quem é o nosso sindicato, quem nos representa, como a gente vai tratar, qual vai ser o investimento que esse Estado vai fazer nessa educação para a qualidade. Era isso.

SRA. TAMARA OLIVEIRA: A gente é invisível! Quando foi lançada a formação para a gente entrar na Plataforma Paulo Freire nós organizamos todos os educadores e a gente não pode entrar na Plataforma Paulo Freire para ter formação porque a Secretaria de Educação não nos assumiu, porque nós não éramos professores, nós trabalhávamos lá nas instituições, nas associações de moradores, clube de mães. E a gente continua invisível. E é isso, a palavra não é questão de baixa estima ou alta estima, é questão de que as pessoas comecem a nos enxergar. Isso é o que me incomoda, e muitas vezes eu digo para todas as gurias, a maioria são educadoras: Se olhem no espelho, são vocês que fazem o atendimento. Se enxerguem, nós não somos invisíveis! E é isso que tem que deixar de acontecer. Poxa vida, a gente passou um ano tentando organizar as educadoras para entrar na Plataforma Paulo Freire para chegar no momento e o Ministério Educação dizer: Precisa só que a SMED assine esse documento e faça esse documento. Não, vocês não são nossos funcionários, vocês não são professores da rede Municipal, e a gente não pode acessar plataforma Paulo Freire. Então desde aquele momento eu disse: nós somos invisíveis, e sempre digo para a Fernanda: Fernanda, a gente é invisível. E as pessoas precisam que determinados segmentos organizados da nossa cidade, seja ele qual for, comecem realmente enxergar os profissionais que atuam dentro das instituições comunitárias. Uma coisa bem importante também que eu quero colocar é a questão de como eu percebo os nossos dirigentes: oprimidos. O

atendimento das crianças ele é muito importante dentro das nossas comunidades, e as nossas instituições comunitárias, seja ela um clube de mães, uma associação de moradores, seja qual for o nome da instituição mantenedora, tem um dirigente que é responsável, e ele quer muito que o atendimento aconteça para as crianças de forma correta. Mas ao mesmo tempo que esse dirigente quer que proporcione esse atendimento às crianças, ele fica pensando nos profissionais que estão lá. As gurias tocaram no assunto. No grupo que nós temos, nós temos muitas, várias instituições pedindo por profissionais. Eu moro numa e tem quatro perto de mim, e só nessas quatro faltam 20 profissionais porque os profissionais formados não querem mais assinar a sua carteira como técnico de desenvolvimento infantil e não querem mais receber esse salário. Várias disseram para mim: Tamara, eu prefiro ficar em casa do que ir lá. Então a gente tem que deixar de ser invisível, gente! Será que vai acontecer na nossa comunidade que de repente vão ter que fechar instituição porque não tem o professor para atender? E isso vai acontecer! Então que bom que a gente está aqui, tem representantes de vários segmentos que estão entendendo que é preciso que nós nos tornemos visíveis enquanto educadores, enquanto as instituições, e que existe... De onde sai esse dinheiro? Há um superávit na Prefeitura de Porto Alegre e eu quero saber para onde foi. E vem de onde? Vem do Fundeb. E vem de onde? Eu faço o Censo escolar da escolinha que sou responsável desde 2012, eu não recebo um centavo para a instituição, mas o dinheiro das 41 crianças que atendi até o ano passado sempre veio para o município de Porto Alegre. E qual foi a outra instituição que foi beneficiada com o atendimento dessas 41? Quem me ajudava? Vários amigos que infelizmente a covid levou. Vários que pagavam o salário das educadoras, compravam alimentação das crianças. Era um projeto super social. Mas e daí? A colega falou, e hoje não está mais fácil dizer assim, que hoje o Jonas Reis vai lá na minha creche, vai pintar a creche. Hoje o Mauro vai lá ele vai lá fazer um atendimento, fazer um planejamento com as educadoras. As pessoas não podem mais. Eu nem preciso dizer para vocês que a realidade e a questão do custo de vida estão muito difíceis. Então eu quero deixar de ser invisível e quero muito que as educadoras e educadores se tornem muito visíveis.

SRA. FERNANDA PAULO: Só para recordar: em 2010 aconteceu então uma reunião com a hoje deputada Sofia Cavedon, com o gabinete dela junto com o então diretor da educação básica da Capes, o João Carlos Teatini e a EPA, e naquela época então, a partir do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica para o Fórum foi encaminhada uma lista de nomes de professoras da rede comunitária e infelizmente não tivemos êxito na luta pela formação porque nós somos a terceira via. Para deixar registrado.

SRA. ELISABETE CHARÃO: Boa tarde a todos. Eu sou Elisabeth Charão, sou diretora do Simpa pela área da Educação e também sou diretora da nova diretoria do Mães e Pais pela Democracia. Eu iniciei a minha vida profissional na educação numa escola conveniada lá na Restinga. Hoje em dia sou monitora da rede, sou formada historiadora, mas como profissional eu vejo quão importante é a educação infantil. Na minha vida pessoal a escola conveniada me abriu os caminhos., pois eu descobri que meu filho era autista dentro do berçário de uma escola conveniada há 13 anos atrás. Então assim, é um caminho que outras mães... Eu pude auxiliar outras mães descobrindo especificidades e adversidades nos bebês, nas crianças da Educação Infantil, e o quanto isso auxilia no desenvolvimento da criança quando ela vai para o fundamental, como quando ela se torna cidadã, cidadão. Se ela tem essa descoberta, esse atendimento na primeira fase da educação, isso pode mudar todo desenvolvimento dela. Para ser um professor da rede municipal, no mínimo essa pessoa tem que ter magistério, que é o caso de vocês, das conveniadas. Então porque vocês não são professoras oficialmente, se dentro da rede onde vocês também recebem o mesmo salário, da mesma mantenedora, por que vocês não são consideradas professoras? Tem uma falha muito grande nesse sistema que o Jonas e os colegas vão, com a força e a luta de vocês, tentar corrigir. Então aqui eu estou como mãe de escola pública, como dirigente sindical, como mãe pela democracia, eu estou aqui em apoio a vocês, professoras da Educação Infantil, que é a base de toda a educação: educação fundamental, ensino médio, universidade, a pessoa tem o despertar para o conhecimento. Eu sei e acho que a grande maioria da sociedade sabe o quão importante é; se não fosse tão

importante, as escolas privadas não teriam tantos recursos para isso. Então eu venho aqui para dar meu apoio a vocês, colegas da educação.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Com a palavra a Sra. Margot, do Sinpro.

SRA. MARGOT JOHANNA CAPELA ANDRAS: Sou Margot Andras, diretora do Sinpro e acompanho a educação infantil há duas gestões e fui do Conselho. Eu saí no ano passado do Conselho Municipal de Educação. Eu também sou coordenadora da Feteesul e representante da Contee, da Confederação dos Trabalhadores de Educação lá em Brasília. Eu queria fazer um levantamento histórico para a gente entender um pouco a questão da educação infantil, e essa questão da desvalorização. Em 1996, a Lei das Diretrizes e Bases disse que a educação infantil precisava de professor, que o cuidar era educação, porque até então se confundia maternagem com educação e se entendia que as creches e os cuida-se eram a educação infantil. Em 1996 se começou a chamar escola de educação infantil, em 1996, deixou de se chamar de creche, embora o primeiro Sindicato das escolas educação infantil aqui no Rio Grande do Sul se chamava Sindicreches. As creches deixaram de existir quando se começou a falar de escola de educação infantil, e a educação infantil começou a ser vista como uma coisa importante desde o ano zero, desde o trocar de fraldas olhando para o bebê, se deu conta que isso tinha um reflexo na vida desse serzinho que iria se tornar um cidadão, que iria respeitar os outros, que iria se desenvolver de uma forma saudável e se pensasse todos os estímulos, todas as conversas, todas as propostas feitas pensadas como educação. Então nesse momento se disse: “Na escola de educação infantil que agora vai se chamar escola precisa de professor.” Isso no século passado. Se levou um tempo para que os conselhos municipais; e o Jonas falou: a Margot era conselheira do Conselho Municipal... A gente tinha pareceres que diziam que toda Escola de Educação Infantil precisava de professor para que ela fosse autorizada a funcionar; para que fosse renovado o funcionamento dessas escolas tinha que aparecer lá na planilha dos profissionais que trabalhavam professor com pedagogia, professor com

magistério pelo menos para que essa escola fosse autorizada. E o meu grande questionamento no Conselho Municipal era: onde aparece o contrato dessa professora? Aparecia que tinha professora formada em pedagogia, mas a gente não conseguia saber como que era esse contrato. Meu questionamento era: por que dentro do Conselho Municipal de Educação o Senalba tem uma cadeira? Senalba é recreação e assistencialismo, não representa professores. Professores têm um sindicato próprio. Bom, isso criou muitas polêmicas e brigas, ao ponto de o representante desse sindicato ficar sem falar comigo, porque esse sindicato não representa professores. Até hoje a gente tem, por uma conveniência, até porque esse é um ranço se traz lá do tempo da maternagem, lá do tempo do cuida-se, e pesquisas feitas em 2018, têm pais que reconhecem que a criança estando limpa e alimentada, está bom, quando volta para casa. Então se tem um ranço, e daí negociar com donos de escola, quando se pensa em ensino... E a gente tem que se dar conta que aqui em Porto Alegre 41% das escolas de educação infantil são privadas; 41% representam conveniadas que não contratam professor; conveniadas que contratam professor, mas que fazem de conta que não contratam. Porque têm conveniadas que colocam na carteira professor, mas que não deixam o professor chegar perto do sindicato, porque não admitem o sindicato chegar dentro da escola, porque veem o sindicato como um inimigo. Por quê? Porque dentro da regra do Sindicato dos Professores, diz: professores não podem trabalhar mais do que 40h. E essas professoras que vocês estão vendo aqui, trabalham 44h por semana. Não pode. Não pode o professor trabalhar mais do que 40h por semana. Isso está na CLT – não está dentro. Então, técnico de educação infantil pode, mas esse não é professor. Só que essas professoras e professores; porque têm professores também, com pedagogia trabalhando nessas escolas. Então, por que que não querem que sejam professoras... Porque existem normas coletivas e leis dentro da convenção da CLT, propriamente dita, pelo cálculo de salário. Ela disse: “a minha hora de trabalho é R\$ 9,00”. Nove reais calculadas por 200h se ela trabalhar 40h por semana. A CLT diz: salário de professor tem que ser calculado por 4/2 semanas, mais 1/6. Isso, se eu for calcular dá 210h; ela está perdendo 10h todo mês, simplesmente por não ser contratada como professora. Então, são coisas

pequeninas, são coisas pequeninas que são retiradas de direitos de profissionais que estudaram, pelo menos 15 anos, porque se ela tem pedagogia, ela estudou, pelo menos, 15 anos. Muitas delas têm especialização, muitas delas têm, inclusive, mestrado e não ganham aprimoramento acadêmico, não ganham adicional por tempo de serviço e todas essas coisas estão na norma coletiva. Há anos a gente faz reuniões com os diretores das conveniadas. Muitos deles dizem: “a gente paga mais do que o piso”. Mas na discussão entre as conveniadas, não se avança porque tem gente que diz não faço; “não faço e não avanço, porque eu não quero, porque eu não quero, simplesmente”. Bueno, todas as conveniadas recebem a mesma coisa, e se têm algumas que pagam mais do que o piso e conseguem, os que dizem: “não faço porque não quero”, estão fazendo alguma coisa errada. Aqui em Porto Alegre o piso das professoras é R\$ 12,71. Isso dá um enorme salário de R\$ 2,800 mil para quem trabalha 40h por semana. Se a gente for pensar no piso do magistério que não vale para o ensino privado, infelizmente é metade do valor. E é isso que essas conveniadas dizem: “eu não quero”. E é isso que a gente tem que pensar. O sindicato, ele quer garantir simplesmente postos de trabalho e assistir essas professoras, porque o que elas querem é sair com uma carteirinha dizendo: “eu sou professora”. Não é à toa que nas pesquisas internacionais o professor brasileiro é o menos valorizado de 35 países, e não é pelo salário de R\$ 2,800 mil, é porque como disse a professora ali, a gente é invisibilizado, a gente não é reconhecido. Essas professoras querem ser reconhecidas como professoras; elas querem que os seus alunos e os pais dos seus alunos tenham orgulho delas, e isso é ter carteira assinada como professora, é ter a carteirinha do sindicato, é poder entrar no Acqua Lokos de graça, com seu filho a 50%, porque isso é um convênio do sindicato! É isso! É poder ter direito a alguma coisa que seja o reconhecimento de professora. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Margot.

A Sra. Adriana está com a palavra.

SRA. ADRIANA DOS SANTOS CAIERON: Eu me chamo Adriana Caieron, sou da Secretaria de Administração e Patrimônio, estou acompanhando a discussão toda. A Secretaria de Administração não tem um envolvimento direto com as escolas parceirizadas. Mas acho interessante dizer que a Secretaria de Administração realiza os concursos e os processos seletivos de professores, e nesse sentido, ouvindo a fala de todas, só quero dizer que é pertinente essa discussão, porque nós sabemos a dificuldade de algumas educadoras nos processos seletivos e nos concursos, comprovarem a experiência e conseguirem ter algum aproveitamento melhor nos seus processos seletivos. Então nós acompanhamos isso, nós sabemos disso, e sempre que se faz um processo seletivo e um concurso tem essa discussão, e o pessoal têm dificuldades, e diz: “eu não tenho a minha carteira para mostrar que eu sou professor”. E uma pontuação pela experiência profissional é bem importante na pontuação e na oportunidade que um concurso ou um processo seletivo vai oferecer para essa profissional.

Então, nesse sentido, só quero reforçar que acho bem pertinente essa discussão, por essa situação que passa por nós ali na Secretaria de Administração, e também, no que couber, nos colocar à disposição para ajudar nessa discussão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Adriana. O Sr. Claudio Franzen, representante da SMED, está com a palavra.

SR. CLAUDIO FRANZEN: Boa tarde a todos, quero cumprimentar aqui o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Jonas, o Ver. Geovani, o Ver. Padeiro, o Byl que se retirou, a todas as entidades aqui presentes, e saudando a Tamar e a Fernanda, eu saúdo todas as colegas aqui, representando as conveniadas; quero dizer, Ver. Jonas, inclusive, que essa semana eu tive uma reunião com as gurias, da EPA, fui convidado, me serviram salgadinho e café, coisa boa. Porque a gente sabe, eu também sou professor de educação física, a sensibilidade de um professor é o que nos torna professor, é o que nos torna educador e que sabe a sensibilidade de um problema de um é de todos. Nós todos aqui passamos por

estradas complicadas e não chegamos ainda no final dela, graças a Deus, vamos ter nosso tempo aqui ainda para peregrinar.

Eu quero dizer que, como SMED, a gente entende sim a luta, entende sim o sofrimento, e é válido; ninguém aqui disse que não. Quando tu me falaste que trabalhavas por um valor X, eu me lembrei quando eu dava aula de ginástica por R\$ 1; lá em 1989. E diziam assim: bah, R\$ 1, bota gasolina para dar aula...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CLAUDIO FRANZEN: Não, não valia nada. E a gente esperava na fila para receber, que era um horror também, não é professora, a senhora que foi profe do Marcelo, e ele está superempolgado de te ver aí. A gente viu que a estrada foi assim, e quando eu me formei eu não tinha ainda o meu Conselho, nós tínhamos o MEC, e eu, rapidamente me inscrevi no MEC, fiz aquela coisa toda, mandei o diploma, porque esse reconhecimento que vocês tanto lutam, que é o importante, porque tu não és invisível, tu estás ali com o diploma, finalmente. Após anos e anos veio então o Conselho nosso, o sindicato e todas as outras situações.

A SMED tem o maior respeito por vocês, sendo 217 parcerias público-privadas, e a gente sabe que a Prefeitura, Câmara de Vereadores, mesmo as privadas não tem braço. A gente está todo mundo, como dizer Ver. Jonas, lutando para chegar numa igualdade ou tentando suprir tanto problema. Eu vi, e depois já estive numa outra comissão, Ver. Gilson, numa outra comissão, eu estou ficando até recordista de comissão, ganhando convite, isso é positivo até para mim, para a minha construção, de que como a pandemia nos aproximou. Se vocês notarem, como disse a colega, que ela está há 30 anos pelejando, pelas situações que teve aqui, em 1989, vejam como essa Câmara é ativa, ela prontamente atendeu vocês, prontamente nos chamou, e a gente está aqui, escutando para tentar encaminhar. Como disseram os colegas: essa é uma via de todas as mãos; não é da SMED, não é da Câmara, não é do sindicato, ela é de todos, porque a gente sabe, que é brabo dar aula por R\$ 9 pila, nem tem como. E quem é professor sabe que dar aula para 40 crianças, misericórdia!

Criança é um fator impressionante, ela quer fazer xixi, quer fazer cocô, ela quer atenção, ela quer comida, ao mesmo tempo puxa o cabelo de coleguinha, o coleguinha empurra o outro... A professora surta. Então todas aqui têm o meu reconhecimento, e todas aqui merecem.

O que a gente conversou, e a minha Geani, que faz parte da Setec – porque vindo num debate desses, eu tenho que trazer advogado, e que conheça todos os contratos, eu sou só profe, ela é advogada –, e a Geani prontamente me passou umas dicas de que os contratos da SMED são direto com quem contrata vocês. Não é um contrato direto os professores e sim com as escolas conveniadas. Então aí já vai o grande quê da questão, não basta a SMED aumentar o número de professores, se o professor é contratado do Jonas. A gente tem que falar com Jonas para o Jonas aumentar o salário de vocês. Isso aqui, em palavras bem miúdas, né, professora. Então nós estamos bem sensíveis a todo o manifesto. A gente, como SMED, ampliou, em 2021 e 2022, R\$ 100 milhões aqui na educação infantil e aumentou as vagas e carga horária. Então, dentro das leis orçamentárias, Ver. Mauro, a Casa que tem que ampliar, o prefeito tem que ampliar e o recurso tem que chegar mais. A gente não nega de passar recurso, basta que tenha recurso, e tudo sendo organizado entre as partes. Então acho que essa é a nossa fala da SMED, como colega, a gente é sensível e o que depender de nós, vamos continuar nesse debate.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde a todos, a todas e todes, primeiro gostaria de me apresentar. Sou Giovani Culau, construo o primeiro mandato coletivo da história aqui da Casa. Eu ouvi algumas de vocês falarem, e algumas de vocês disseram que se sentiam em casa nesse debate, na tarde de hoje. Eu queria compartilhar com vocês que eu também me senti bastante assim e talvez não por ser vereador, assumimos o mandato agora em fevereiro, mas porque aqui a gente tem, na verdade, o reencontro um encontro de lutadoras e lutadores do movimento social, do movimento educacional. E isso me veio muito à mente, quando eu te ouvia, Margot, porque nós nos conhecemos na luta do movimento educacional, do movimento social, eu fui diretor da União Nacional dos Estudantes e te conheci nesses momentos e nesses processos de

luta, conheci o Jonas e hoje somos colegas vereadores, mas quando o Jonas era do Simpa e eu era do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E eu acho que o tema que a gente está debatendo aqui hoje, nesse reencontro, é de grande relevância. Há 15 dias, Mauro, nós recebemos também a Secretaria Municipal de Educação para falar da falta de vagas na educação infantil, e eu acho muito importante registrar essa questão, porque, quando se fala sobre esse tema, volta e meia se recorre ao número de que faltam 6 mil vagas na educação infantil em Porto Alegre, mas, na verdade, esse número é maior. Porque quando eu ouvi aqui nós falarmos de invisibilidade, também existe uma cidade invisível em que o poder público e a cidade não chegam, a Prefeitura não chega, e tem uma vaga que precisa ser atendida e que o poder público sequer sabe. Então são muito mais do que 6 mil vagas que faltam na educação infantil em Porto Alegre. Esses dias eu conversava com a Defensoria Pública e eles fizeram uma projeção de que pode faltar mais de 20 mil vagas em Porto Alegre na educação infantil. E aqui nós falamos de um outro tema muito importante que não se refere apenas à dificuldade do acesso à educação infantil, mas dessas professoras que não têm tido o reconhecimento necessário enquanto tal. E, ao chegar nesse ponto, eu queria valorizar, saudar o movimento que vocês constroem, o movimento que eu acho que tem grande significado, Mauro, e te cumprimentar, Jonas, por propor essa pauta aqui para nossa a Comissão, porque é um movimento que chega falando, em primeiro lugar, do reconhecimento do exercício de uma função, para sair da invisibilidade e, por consequência, na defesa justa de valoração, mas que conecta isso com a preocupação muito grande com a educação, com a formação continuada, com a regulamentação, faz um debate aqui sensível com as dificuldades que existem. Então vocês precisam ser muito respeitadas, saudadas e valorizadas no debate que vocês trazem aqui para esta Comissão. Eu escutava vocês atentamente, mas eu não consigo deixar de ter como ponto de partida que o que nós estamos debatendo aqui, Mauro, está nos marcos da precarização das relações de trabalho. Te ouvia também, Margot, que reforçava isso, e essa precarização nas relações de trabalho tem um impacto grande na qualidade da educação e tem um impacto brutal em cada professor. E eu quero tratar como professor, não

quero tratar com outra técnica. Se nós estamos fazendo a luta, aqui então quero trabalhar como professora, como cada professora afetada a partir da jornada de trabalho que é superior à que deveria, a remuneração que é inferior à que deveria, impactada como a gente falava no tema da aposentadoria, nos processos seletivos, nos esforços que vocês têm de formação continuada, porque têm um prejuízo também no que se refere à titulação. Então é uma situação grave que exige, da nossa parte, também um esforço coletivo de virar e transformar essa realidade, enquanto Câmara, enquanto movimento social e com um desafio bastante grande, secretário, colocado ao Executivo. Porque o nosso papel também aqui enquanto Câmara é de fiscalização, de proposição, mas tem um papel significativo aqui na responsabilidade do Executivo Municipal. E eu lia uma petição que vocês produziram da Resolução 15, se não me engano, do Conselho Municipal de Educação, e vocês citam, na petição, o artigo 11. Mas eu fui ler a Resolução e o artigo 24 desta Resolução fixa as normas da educação infantil na cidade e já aponta que o professor ou a professora são os responsáveis pelo processo educativo e deverá estar presente nos grupos etários e turnos de atendimento. Então, na verdade, o que nós estamos discutindo aqui na busca do reconhecimento, dessa saída da invisibilidade não é algo que está fora das previsões legais nacionais e também dos regramentos do Município. Nós não estamos falando de algo novo, o que nós precisamos é criar as condições e os caminhos para que aquilo que já está regrado se torne prática e realidade na cidade de Porto Alegre. Eu sou um vereador de uma bancada de oposição, por causa disso não busco ter manifestações irresponsáveis, então tenho uma posição distinta do governo sobre muitos temas, inclusive sobre o tema da educação infantil. Eu poderia falar aqui também das posições distintas que tenho sobre o tema da educação especial na nossa cidade, enfim, mas acho que aqui não falo em quem acha que seja possível amanhã nós acordamos tendo essas professoras sendo reconhecidas enquanto tal. Mas nós precisamos colocar essa como uma tarefa muito importante, Mauro, dos trabalhos desta Comissão e da Câmara de Vereadores, junto com essas professoras, junto com o movimento social e sindical para que, o mais rápido possível, esse reconhecimento aconteça. Porque, na verdade, eu acho que essa

é uma dívida que o poder público tem com essas professoras da nossa cidade. Contem com esta Comissão porque me parece uma comissão que está unânime nessa posição ao lado de vocês e, por consequência, com o nosso mandato aqui na Câmara de Porto Alegre, mandato coletivo número 228, podem sentir muito à vontade para terem o nosso mandato também como mandato à disposição do movimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Dona Jussara, do Centro Comunitário Jardim Renascença.

SRA. JUSSARA CABEDA: Meu nome é Jussara Cabeda, eu estou de dirigente do Centro Comunitário Jardim Renascença, onde está a escolinha desde 2008. Eu só queria lembrar vocês que, quando eu cheguei, em 2008, todas as nossas professoras eram educadoras sem formação, porque teve a época que a gente era educadora com formação ou educadora com formação. No momento em que entramos, nós fomos mudando a mentalidade das professoras sem formação. Todas entraram para o Emílio Meyer, e foi unânime, todo mundo se formou no magistério. E hoje a grande maioria está fazendo EAD em pedagogia, só que a grande dor é que eu sou professora aposentada do Estado, aí vocês já veem a situação. Então eu só gostaria de dizer para o secretário que a gente quer, sim, pagar... A gente é dirigente, a gente contrata, só que eu não posso pagar como professora, porque eu não tenho dinheiro para isso. A verba que a Prefeitura repassa só dá para a gente comprar o mínimo, comprar o material de higiene, comprar alimentação e acabou, pagando o salário miserável que a gente paga. Hoje me doeu o coração quando uma professora me disse: "Eu tenho que fazer um exame que o SUS não paga e custa R\$ 1.500,00 e eu não posso pagar." Então a pessoa fica tolhida de fazer as suas necessidades básicas, mas, ao mesmo tempo eu gostaria de dizer que eu ouvi alguém dizer que a qualidade do trabalho dela é menor, porque ela é técnica; não é menor. As nossas professoras são excelentes, não diminuem o seu o seu esforço para fazer uma boa educação. Até hoje a Secretaria de Educação não nos visitou. Então eles não sabem, aliás, eu acho que a maior parte das escolas não foram visitadas, então

eles não sabem qual é a qualidade de ensino que a gente tem. Então eu penso, tu falaste que dirigentes não querem. Eu vou contar uma historinha para vocês. Quando começou o movimento, eu apoiei direto, entrei para aquele grupo que se criou de TDI não e professora sim, mas ao longo do tempo eu fui vendo o exagero, o extremo a que algumas pessoas chegaram a ponto de dizer: Não aceite contrato de técnica, só aceite contrato de professora. Bom, eu fiquei indignada porque nós não podemos continuar sem as professoras, sem essas pessoas que são contratadas como técnicas. Depois, passando o tempo, a gente reflete e eu cheguei à conclusão, graças a Deus, de que teve esse movimento de dizer: “Não aceitem o contrato de técnico”, porque tem uma questão, sem esse movimento a gente não estaria aqui. A gente teve a vocês e não são todos os dirigentes que não querem pagar, eu acho que a grande maioria quer porque reconhece seus professores. Então esse movimento nos leva a estar aqui, a apoiar e a fazer força para que esse movimento dê certo. A gente não quer um movimento só de dirigentes, porque, em certo momento, alguém do grupo diz: “Os dirigentes que se virem e vão conseguir mais verba”. Não são só os dirigentes, somos todos nós. Aí contamos com vocês, os vereadores; sem vocês, a gente não vai passar. Eu assisto bastante, na televisão, à TVCâmara e, às vezes, eu fico triste, porque, às vezes, tem um projeto bom e tem um grupo inteiro, que é a favor do governo, que vota contra, e um grupo menor, que, às vezes, consegue voto, tirar algum voto do grupo que vota com o governo, consegue tirar dois, três, quatro votos, mas a grande maioria vota contra. Eu acho que, neste momento em que foi dito aqui que vocês nos apoiam, a gente conta com vocês, com vocês todos, tanto o grupão do governo quanto o grupinho que não é do governo. Sem vocês, nós não vamos adiante, gente, dependemos de vocês, dependemos de nós, os dirigentes, e dependemos de vocês, as professoras que querem ser professoras. Já foi dito por todo lado aqui que, de jeito nenhum, elas querem ser professoras por uma série de coisas, é carteira, mas não é só a carteira. Não adianta ter a carteira... Eu vou dizer: as comunidades não sabem que a carteira não é assinada como professora. A comunidade quer que o seu filho seja bem atendido, e o seu filho é bem atendido. Nunca, como este ano, estouraram tantos problemas familiares dentro das

nossas escolas. Eu, outro dia, mexi com a coordenadora pedagógica que a gente tem que virar conselheira matrimonial, porque, às vezes, os pais brigam em casa, estouram as coisas, e a criança vai para a escola cheia de problemas, e a gente tem que resolver. Então a gente é, além de educadora dos filhos, educadoras dos pais também. Eu gostaria de reafirmar, faço a minha autocrítica que eu fiquei indignada quando houve o movimento “não assine contrato de técnica”. Nós temos muitas escolas, não só da Glória, mas de toda a cidade que a professora vai lá, vai fazer a entrevista e, na hora ela pergunta assim: “Vai assinar carteira como professora?” Se o dirigente diz não, ela não volta mais. Nós estamos cada vez mais precários nessa situação. Não sabemos em que vai dar, se seguir assim. As nossas professoras estão fazendo concurso para o magistério agora, para o Município, e nós vamos perder excelentes professores que nós temos, porque é claro que elas querem ir para o Município, porque, no Município, elas terão um salário bem melhor.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. JUSSARA CABEDA: E meio turno. Bom, eu não posso dizer, porque eu acho que a nossa escola é a única em que as professoras trabalham por seis horas. É a solução, é excelente, porque as professoras não se estressam, depois de seis horas, elas vão embora, passam para outra. É o melhor horário que tem. Quando eu peguei, em 2008, tinha muitas escolas assim. Eu acho que a de vocês era assim também. Só que, com o tempo, foram exigindo: tem que ter oito horas, oito horas, oito horas. Gente, a professora com oito horas, ela se estressa muito com as crianças pequenas. Então, não é por aí, eu acho que seis horas é o ideal. Eu não vou querer falar sobre a resolução, eu só vou defender, com unhas e dentes, as minhas seis horas das professoras. Por favor, secretário, eu só quero que nos ouça por uma outra série de coisas. Nós temos problemas de vagas, nós oferecemos vagas, a Prefeitura não aceita, tem uma série de coisas que não está bom com a Secretaria de Educação. Vocês não nos ouvem infelizmente.

SR. CLAUDIO FRANZEN: Professora, eu só quero somar que a contratação é o edital, pessoal, quem fala com vocês é o dono da escolinha, é o que contrata vocês. Não é a SMED que diz “não vou pagar”, não. A SMED faz a contratação da escolinha, é o edital que entra ali, vamos só tentar... E sobre visitas, vereador...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CLAUDIO FRANZEN: Mas pode falar, gente!

SRA. JUSSARA CABEDA: Mas só um pouquinho, secretário, espera aí! Vocês nos passam uma miséria e cabe a nós decidirmos o salário? Não é por aí.”

SR. CLAUDIO FRANZEN: Professora, não é isso que eu estou falando. O que eu estou falando é o seguinte: se abre um edital para que uma escolinha seja credenciada da Prefeitura. Está certo isso? (Pausa.) O.k. Marco regulatório. Aí vocês estão trabalhando para aquela escolinha, correto? Aquela escolinha está pagando um valor x, que é ruim, todo o mundo sabe, mas existe um contrato entre vocês e a escolinha, correto? (Pausa.) Então, vamos lá. Cada um tem um pedacinho aqui. O que pode pagar mais? Negociação entre a escolinha, o professor e a SMED? Claro, pode acontecer, ninguém aqui está dizendo que não, mas a gente tem só que dar o caminho.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CLAUDIO FRANZEN: Não, profe, não, eu estou falando o que está escrito, não é? (Pausa.) Sobre visitas, estamos fazendo, vereador.

SRA. CAROLINA AGUIRRE: Obrigada. Acho que o secretário está falando de forma correta, só que a gente também tem que compreender que, de acordo com o marco regulatório, que é a Lei nº 13.019, as instituições passaram de convênio para termos de parceria, isso é verdadeiro. É sabido também, graças a Deus, as

nossas funcionárias, elas não são iludidas, achando que elas são funcionárias públicas. Elas têm noção que elas são CLT. E também, elas não são iludidas novamente, sabendo que o vínculo trabalhista delas é com a instituição. Isso é ponto, sabido. Agora, a questão que nós estamos trazendo e a gente trouxe para Mesa é que a luta das funcionárias, dos educadores é nos três níveis. Os três níveis, eu digo: a questão da instituição, porque a instituição tem que fazer este reconhecimento e fazer negociação com o sindicato apropriado e tudo o mais que cabe à instituição. De acordo com tudo dela, de acordo com o regimento dela, não é coisa da SMED dizer que você vai para este ou vai para aquele sindicato. Não, isso é coisa da inscrição. Da mesma forma que cabe à Prefeitura repassar, na negociação, um valor maior para a instituição. É isso que eu digo: são os três níveis, porque é a luta do funcionário, a luta da instituição e a luta e organização da Prefeitura. Quero deixar bem claro que ninguém é enganado de onde que sai o seu recurso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CAROLINA AGUIRRE: Não, aí é a construção, não é? E deixo claro que o movimento nunca vai ser contra a instituição e nunca vai ser contra a Prefeitura, porque nós queremos, na verdade, é o apoio da Prefeitura, o apoio das instituições. Nós não estamos fazendo algo, como disse Andréia, nós estamos fazendo porque a gente gosta de estar aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E é legítimo, professora, é legítimo.

SRA. CAROLINA AGUIRRE: Exato, nós gostamos de estar aqui, então, a gente quer fazer hoje, além da qualidade, também com um recurso melhor para nós.

SRA. GEANI REGINA DRÖESCHER: Boa tarde, Geani, da SMED. Acho que o que o Franzen queria deixar bem claro é que não cabe à SMED essa contratação enquanto professor ou técnico. O que cabe à SMED é essa negociação financeira, que é uma outra coisa. Está interligado? Sim, está interligado, mas é

uma outra situação. Não é a SMED que vai contratar enquanto professor. É isso que o Franzen estava tentando clarear com vocês.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde a todos, quero saudar aqui o presidente da comissão Mauro Pinheiro, quero parabenizar pela pauta o Ver. Jonas Reis, por trazer essa pauta. Quero saudar o Giovani Culau, o Giovane Byl, que já saiu, o secretário Franzen e todos os que estão participando. Eu me sinto contemplado na fala do Giovane, fez uma fala muito interessante, que me contempla bastante. Também gostei da fala do Giovani Culau. Eu vou começar a falar o Byl e o Culau, nós temos dois Giovanis aqui. O Byl me contemplou na fala dele, a do Culau achei bem interessante também, quando falou sobre a falta de seis mil vagas em escolas. Aqui está se debatendo a valorização do profissional. São seis mil vagas. Tem um problema muito sério de RH, a gente vê também. Vai aumentar o número de profissionais, claro, tem que se estudar bastante como vai se contemplar e ter mais espaço também para poder atender a essas demandas, o que é importante e necessário, é obrigação, e também para poder valorizar. Mas o que eu quero dizer? Eu ouvi a fala do Franzen antes ali, e aí deu um contratempo, tem que se trabalhar em cima com o Executivo, direto do Executivo, junto às parceirizadas para valorizar o valor da meta, se trabalha com metas, são tantas metas por parceirizada. Então tem que trabalhar lá em cima, direto com a instituição ali, o valor da meta. Depois, para serem valorizados os profissionais. A parceirizada depois faz esse trabalho. Quero dizer para vocês, assim como o Byl falou, sou parceiro também nessa construção. Agora há pouco, tem uma professora que estava me mandando mensagem, a Thaís, lá da Zona Sul, lá da Hípica, me cobrando. É muito amiga e disse: “Gilson, tu não podes fugir desse debate”. A gente sabe, não é? Eu saio ali, e ela me pega na esquina. Brincadeira! Mas a gente está aí, eu acho que a comissão é unânime. Quero deixar para vocês bem claro, até para não me estender muito, somos parceiros, vamos trabalhar e vamos lutar para que isso aconteça. Um abraço a todos e obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Sra. Andresa Nascimento, da escola Cheirinho de Mãe, está com a palavra.

SRA. ANDRESA NASCIMENTO DE LOS SANTOS: Boa tarde a todos, a Jussara já me contemplou um pouquinho em relação ao repasse. As instituições não conseguem pagar, porque não recebem para isso. No ano passado, o sindicato deu 11,73% e a SMED nos repassou 10%, de onde a gente ia tirar o restante? As instituições, como funcionam? Com a verba da Prefeitura, elas não têm fins lucrativos, elas não têm outra fonte, o que a SMED repassa é o que a gente gasta na instituição. Eu sou uma instituição pequena – pequena em número de crianças, são 54 crianças –, mas grande de coração, e a gente gostaria muito de poder pagar as professoras como professoras, mas com o valor que a gente recebe é inviável, tanto que, com o que a gente recebe, a gente tem que enxugar para poder pagar uma auxiliar, para poder ter uma auxiliar em turma, porque hoje está muito grande a entrada de crianças de inclusão, aqueles com diagnóstico e sem diagnóstico. Como essas turmas conseguem, como esses professores – que, às vezes, é só um professor para 20 – conseguem atender aquelas crianças de inclusão se a escola não tem verba? Há dois anos, nós recebemos uma criança nível 3 de autismo, em novembro, encaminhada pela SMED, porque ela precisava socializar já que no ano seguinte ela iria para o 1º ano. Eu tinha 20 crianças na turma, e estava recebendo, em novembro, essa criança, não tinha auxiliar, não tinha verba para pagar o auxiliar. Mandeí um *e-mail* para a SMED pedindo um suporte: como eu ia poder atender essa criança? A inclusão não é só tu colocares a criança ali dentro. Pelo *e-mail*, nos disseram assim: “Se organizem conforme o número de professores que vocês têm”. Puxa vida! A gente não tem verba, a gente não tem volante. A gente se organizou, essa família, graças a Deus, conseguiu uma TO para poder estar na escola. Então é isso que a gente quer: se essa parceria é assinada diretamente com as instituições, que a SMED, quando faz um contrato... Por exemplo, eu tenho uma clínica, estou precisando de médico, eu vou contratar um médico, eu não vou contratar uma técnica de enfermagem para atender um paciente; então, se a SMED está vendo que as instituições não estão contratando professor, onde está

o erro? A Resolução nº 015 diz professor, por que vocês não estão contratando professor? Por que vocês estão contratando técnico? Então que repassem essa verba para que as instituições consigam pagar esses técnicos, que realmente são professores. Não tem como a instituição pagar um professor sem verba, a verba que a gente tem é o recurso da SMED. E, como a Carol falou, a gente não está brigando com a Prefeitura nem com as instituições, a gente só quer, realmente, que esses professores sejam reconhecidos como professores. As comunidades fazem um belíssimo trabalho, por isso são 217 escolas. Era essa a minha fala, obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, presidente; eu aqui ouvi atentamente todas e todos, principalmente todas, porque a maioria são mulheres, e acho que a gente tem também entender o que está colocado no meio do problema da valorização docente: são mulheres que estão lá e, infelizmente, a sociedade brasileira paga menos para as mulheres e mais para os homens; infelizmente se acha, ainda hoje, que educação infantil é só cuidar. A gente lembra que, em 1993, Paulo Freire publicou um livro: “Professora, sim; Tia, não”. Existia uma armadilha ideológica colocada na sociedade que ele denunciou bem nesse livro, e hoje nós temos uma armadilha. A armadilha hoje muitas vezes é dizer que não há recursos; tem recursos, todas as prefeituras têm recursos, o recurso público está em disputa, ele está em permanente disputa, a sociedade disputa o recurso público. Aí a gente tem que ver como é que nós fazemos essa disputa, eu acho que vocês estão bem organizadas para isso. Agora nós temos que apoiar, nós precisamos dar força para isso, porque neste mesmo momento tem gente se organizando na disputa do orçamento, para puxar o orçamento para outros lugares, para outros grupos sociais. Eu quero lembrar ainda: em 1963, 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados num curso de 40 horas, por quem? Por Paulo Freire, em Angicos, Rio Grande do Norte. O que que aconteceu? Foi projeto piloto do João Goulart, presidente progressista que ia revolucionar esse Brasil e nós estaríamos em outro patamar. Deram um golpe, as elites brasileiras

deram um golpe; a gente chama de civil-militar não é à toa, não foram só os militares, foi a elite brasileira que sabe que a educação empodera, que a educação liberta. A quem interessa a desvalorização da educação? Às elites; podem crer, as elites não tiram o pé do pescoço da classe trabalhadora, e aí está o cerne da questão. Em 1964, um ano depois, em outubro, Paulo Freire teve que abandonar o Brasil, ficou 15 anos fora, porque era uma mente que queria ajudar a construir a educação. Hoje, vocês são as mentes que querem construir uma outra Porto Alegre do futuro, e a gente precisa apoiar vocês, nós temos que apoiar vocês, vocês estão estendendo a mão para o povo de Porto Alegre há muitos anos, garantindo a educação infantil, são mais de 80% dos atendimentos. Não é possível, gente; esta Câmara de Vereadores tem que mudar a sua opinião, ela precisa entender que essa parceria que existe com as escolas conveniadas tem que ser potencializada, e o problema já foi colocado, secretário de Educação: é o dinheiro para pagar a professora como ela merece, porque ela se formou para isso. Como eu vou usar uma força de trabalho e não vou pagar? Ninguém faz isso com o médico, ninguém pega um serviço de advogado e diz: “Eu vou te dar só R\$ 100,00, entra com a ação lá para mim”. Ninguém faz isso, por que fazem isso com educação? Todo mundo vai lá no dentista, tem que arrancar um dente, tem que fazer um conserto, botar uma ponte, ninguém chega e diz: “Me faz pela metade!” Aí, na educação infantil, só R\$ 1.800,00 para 44 horas. É isso que nós temos que perguntar, e eu não estou falando aqui do prefeito, veja bem, não é uma crítica ao prefeito, é uma crítica a Porto Alegre; Porto Alegre aproveita as escolas de educação infantil conveniadas, mas quer pagar como se fosse um cuida-se; não é cuida-se, é educação infantil, é cuidar e educar. As pessoas se formam para entender, por exemplo, o que é o jogo simbólico para a construção do sujeito da criança pequena, as pessoas estudam psicologia da aprendizagem, as pessoas ficam quatro anos dentro de uma faculdade, nós temos que construir um novo senso comum em Porto Alegre. Eu quero lembrar Antonio Gramsci, ele falava que o senso comum é perigoso, “eu acho que está bom e vamos tocando, vamos empurrando”; não, gente! Nós precisamos agora dar um salto, nós precisamos evoluir como coletivo, a cidade

precisa evoluir como coletivo. O orçamento, eu quero reiterar, ele existe e está em disputa, e nós temos que ser o lado mais pesado dessa balança.

Eu quero dizer que fiquei muito feliz de ouvir os colegas aqui que estão somados nisso, inclusive o secretário também, que na fala do secretário se tem o entendimento da valorização. Agora nós vamos ter que disputar. A ausência da Secretaria da Fazenda aqui não é boa, porque a Secretaria da Fazenda, em todos os governos, é quem segura, é quem não quer dar o aumento, não quer dar isso, não quer dar aquilo. A gente sabe – não é, Mauro? –, já vimos, em todos os governos a Secretaria da Fazenda é assim. Eu até entendo, mas se a gente sabe que é assim, se a gente sabe que o orçamento público não dá para tudo no momento, nós temos que eleger prioridades, e nós, aqui, defendemos a educação e a gente sabe que a educação é prioridade, é para o futuro. Se eu quero realmente ver uma Porto Alegre melhor, eu não posso gastar mais dinheiro na capina, mais dinheiro na poda, mais dinheiro na pavimentação do que na educação. Eu tenho que fazer isso. É a mesma coisa na saúde: se eu não colocar dinheiro na prevenção, eu vou gastar com leito, com uma pessoa internada.

Eu acho que nós precisamos construir – e aqui a minha proposta, secretário – um grupo de trabalho com representantes do fórum, representantes do grupo do movimento, porque aqui o movimento está acima de nós, o movimento são todos que trabalham nas 217 escolas, um GT para quê? O problema nós já temos: não tem o recurso chegando no caixa da escola para pagar um salário digno de professora; bom, então nós temos que fazer uma discussão: a Câmara, vocês e principalmente o governo, porque nós temos que convencer o governo, se ele não está totalmente convencido, de botar mais recurso no caixa das escolas conveniadas. Esse é o nosso objetivo, gente, é o dinheiro! Onde está o dinheiro? Eu ouvi o Secretário da Fazenda dizendo que tem um pouco mais de dinheiro hoje, então nós queremos esse dinheiro para nós, os outros vão disputar, então nós vamos para essa disputa. Estou dizendo que aqui vocês têm amigos e parceiros, esta Comissão é parceira, não é à toa que nós estamos aqui na educação. Eu queria sugerir, secretário, se for possível, que nós montemos esse grupo de trabalho, a Secretaria de Planejamento, o Cezar Schirmer, nos receba, que é quem planeja a execução e já está planejando orçamento do ano que vem,

porque é assim o orçamento público, é bem antes. Se nós não sentarmos agora, outros vão sentar, antes de nós vai chegar a roda-gigante, outras coisas que são ideias, todo mundo, todas as secretarias estão tendo ideias, é assim, tudo é assim. Então essa ideia aqui precisa andar, mas tem que botar a carruagem na rua e aí vamos acomodando as abóboras, é assim. Agora a minha sugestão de encaminhamento é que a Secretaria de Educação nos dê uma devolutiva de quando nós podemos sentar, o movimento sentar com o secretário Cezar Schirmer, para ver o que é possível de aumentar o repasse, por que o que temos aqui? Um problema que a colega colocou. O sindicato lá, que não é das professoras, das técnicas deu quase 12%, e a Prefeitura só repassou 10%. Então teve que tirar de outro lugar, não conseguiu com aquele dinheiro pagar o salário que o sindicato está reivindicando. E agora a gente precisa o quê? Aumentar muito mais do que 10%. Podemos pensar algo escalonado? Na minha opinião, vocês vão construir o que vocês querem, vocês querem o piso, eu entendo que vocês querem buscar o piso, e nós temos que aqui, entre todos, ver como a gente caminha. Agora, o que é consenso? Nós não podemos ficar neste patamar, neste espaço que estamos não podemos ficar. E outra coisa: se nós temos ainda pessoas que querem se formar, nós temos que construir o movimento. Eu me coloco aqui como parceiro, interlocutor do Ministério da Educação, com o ministro Camilo, para a gente construir aí com as instituições federais convênios com a Prefeitura de Porto Alegre, das graduações que vocês querem, na área da Educação, vamos construir isso, eu sou parceiro. Então o que eu posso oferecer, enquanto governo federal, é isso aqui, enquanto líder do PT na cidade de Porto Alegre. Agora, do convênio com a Prefeitura, a minha proposta é o diálogo, que é a proposta de vocês também, eu acho que por aí a gente pode ir afinando e fazendo construções. E quero, mais uma vez, saudar aqui a figura do secretário Cláudio, muito disponível, uma pessoa que está se mostrando extremamente sensível à causa da educação, e saúdo também o governo pela escolha da tua pessoa de estar lá na secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Eu acho que é importante também – eu tenho certeza que eles não vão ser contra – a representação dos dirigentes,

porque, senão, parece que é um movimento que está separando os dirigentes. Eu tenho certeza que os dirigentes não pagam porque não tem recursos suficientes. Então eu acho que é importante acrescentar, Franzen, neste debate, os representantes dos dirigentes. Outra coisa que é importante é essa questão também se há ainda técnicas que não são formadas, porque quando começarem a pagar todas essas professoras, não ter mais esse risco, porque a gente não podia passar e daqui a pouco ter algumas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Então não tem problema. O Rafael Fleck está com a palavra.

SR. RAFAEL FLECK: Presidente, serei bem breve porque a reunião já avançou bastante. Primeiro, quero fazer uma constatação: todas as escolas que eu visito, Ver. Jonas, proponente, Ver. Giovanni Culau, estão tendo um grande problema de evasão de professores, não é evasão de alunos, é o contrário. Faltam vagas, pela demanda, porque Porto Alegre cresce, e os professores estão migrando para rede privada, sendo formados pela nossa rede pública, com recursos públicos do Município. Aí as escolas parceirizadas vão lá e formam esse profissional e esse profissional, depois, migra para a rede privada porque lá tem uma remuneração maior.

Eu queria só fazer uma complementação sobre o que a professora Margot e o Ver. Jonas Reis, enquanto sindicato, falaram. Houve uma decisão, no ano passado, de enquadramento sindical dessa categoria, que é a categoria das escolas de educação infantil sem fins lucrativos, que considerou que o sindicato responsável patronal por essas entidades é o Sinibref Inter, que é um sindicato que foi decidido aqui no nosso Tribunal Regional do Trabalho e também tirou o enquadramento do Senalba. Então, primeira coisa, essas entidades estão sendo mal assessorado pelo SECRASO, porque o SECRASO não representa essas entidades, e já transitou em julgado a decisão. Essa é uma questão muito importante para ser discutida, porque, lá na frente, quando eles forem realmente

precisar de um sindicato com capacidade jurídica para lutar pelos seus direitos, eles vão estar desassistidos, tanto que o SECRASO não está aqui, hoje, representando as entidades, e eu acho que não tem nenhum representante aqui do Senalba. Depois, eu poderia compartilhar o acórdão, eu passei o acórdão para a Carina, já está definido, então, o Senalba não representa os trabalhadores, e o SECRASO não representa as entidades – só uma informação. E outra questão muito importante é que essa questão do plano de trabalho que as entidades têm que submeter todo ano, aprovar o plano de trabalho para o ano seguinte, é ali que eles botam tudo que vai se gastar e o seu planejamento financeiro. E aí, sim, secretário Franzen, é a importância da Secretaria Municipal de Educação em aprovar isso lá no futuro para reconhecer esses profissionais como professores, porque, se ela não reconhecer e não autorizar o plano de trabalho, não repassa dinheiro. Então, hoje, o mais importante é a conscientização da Secretaria Municipal de Educação para que reconheça esses profissionais, porque lá no plano de trabalho se coloca que é técnico de desenvolvimento infantil, eles colocam a pedido do plano de trabalho que é pré-aprovado na Secretaria Municipal de Educação. Então, são essas as considerações, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, Rafael.

SRA. CAROLINA AGUIRRE: Na verdade, eu gostaria de fazer só uma questão, porque hoje eu estou fazendo parte do CMDCA, mas eu já fiz parte da Asafom, da coordenação, que o fórum municipal senta junto com a Prefeitura para fazer negociações de termos de parcerias e até reajuste de dissídio. Eu tenho uma mania muito feia de ser justa, então eu sou justa, não adianta. Lá em 2018 para 2019, a Prefeitura, junto com fórum, sentou – na época, era o secretário Adriano – e tivemos uma conversa, porque no termo de parceria, na virada dos convênios para o marco regulatório, termo de parceria e tudo mais, estava a palavra “professor”, nos termos, estava a palavra “professor”. Então a gente não pode dizer que nunca teve, estava. Só que a negociação que nós tivemos com a Prefeitura chegou a um ponto de que a Prefeitura questionou, dizendo que não

ia aumentar o repasse. O repasse ia ser aumentado, ampliado – foi ampliado – até aquele ponto. Para aquele valor em que foi proposto, nós não conseguiríamos fazer a contratação como professor. Então não nos adiantava dar a permissão do que tu quisesses colocar na carteira do teu funcionário, se tu não tinhas o valor para colocar na carteira do teu funcionário. Não dá para não deixar claro isso, a gente tem que deixar claro isso, mas a gente precisa, novamente, não é da autorização. “Ah, vocês podem fazer o que vocês quiserem colocar, se vocês querem colocar professor, podem colocar. Se vocês quiserem ser do Simpa, Senalba, podem ser” – não é isso, não é essa autorização. Nós precisamos, na verdade, é dessa construção, em que é recurso e a garantia de manter também. Se vai ser escalonados, se não vai ser escalonado, de que forma? É a construção que vai dizer. Desde já, coloco o CMDCA para parte desse GT, para a gente poder sentar e pensar juntos. E já, de preferência, que a gente saia com uma data de quando vamos sentar. Eu acho que também a gente poderia estar vendo, talvez, um outro momento de assessoria jurídica para que a gente pudesse entender: qual é o sindicato afinal em que as instituições têm ou que as educadoras têm? Há algumas instituições – eu tenho conhecimento disso – que vão ficar com mais de um sindicato, porque tem a parte de sala e tem a parte dos demais funcionários, então tem o pessoal da cozinha, serviços gerais e tudo mais, para esses são dois sindicatos, como a gente vai ajudar? Eu sempre penso na função de uma instituição que tem 200 crianças, ela tem uma estrutura um pouco melhor, tem um administrativo um pouco melhor, tem uma organização melhor. E aquela instituição que tem 30 crianças, como é que a gente vai ajudar? Também tem que pensar nessa instituição. Então a gente tem que, às vezes, poder fazer um passo a passo para essas instituições também. Só para a gente poder contribuir.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Já escutei bastante, a gente aprende mais escutando do que falando. Eu tenho uma história aí que a gente acompanhou, lá nos anos 1990, quando a gente ajudou a fundar uma escola, uma creche na época, do Rubem Berta, quando eu era dono de mercado, que nós não tínhamos nem convênio. Então, primeiro, nós fundamos para, depois,

brigar pelo convênio para ter recurso. Até nem sei por que me escolheram como tesoureiro, talvez porque eu era dono do mercado, então... Para a gente ajudar a creche ter condições de ter um convênio, então a gente ajudou bastante. A Tamar falou bastante sobre isto: tem uma evolução, porque iniciou esse processo lá nos anos 1990, que quem cuidava das crianças não eram pensadas como escola, era muito mais para cuidar das crianças, e esse processo foi evoluindo. E a Prefeitura foi exigido cada vez mais, passou um pouco mais recurso. Lembro que, no início, os pais pagavam alguma parte, vinha uma parte da Prefeitura, depois, evoluiu para que ninguém mais poderia pagar, porque é de responsabilidade da Prefeitura. Então a Prefeitura é responsável pelo ensino e os pais tinham que pagar, então não era público, era meio privado, meio público. Então vem uma evolução desde os anos 1990. E aí não podemos ficar só criticando, porque quase todos os partidos passaram pela Prefeitura e todos foram se utilizando dessa metodologia, e ela vem evoluindo ao longo do tempo. Então, eu acho que é importante a gente não ficar discutindo ou partidarizando ou ideologizando, criando uma disputa política. Se perguntar a qualquer político qual é a sua prioridade, vão responder que é a educação. Só que está na hora de a gente passar do discurso de priorizar a educação e partir para a prática. Eu, na minha prática como vereador, procuro colocar minhas emendas impositivas que eu tenho nas escolas infantis. Então, eu estou priorizando, quase a totalidade dos meus recursos do livre, para a educação infantil, porque eu priorizo isso. Agora, se eu digo que priorizo e não coloco recurso, não adianta priorizar da boca para fora. Então, nós temos que cobrar o governo, os vereadores e os secretários que priorizem no discurso e na prática. Como meu colega, Ver. Jonas Reis, fala: todo mundo está discursando que é importante, é prioridade, o orçamento existe, o orçamento é um, e agora tem que disputar o orçamento. Então o que a gente pode propor aqui – nós, como vereadores, não somos donos do orçamento, mas o orçamento passa aqui. É ter uma organização suficiente para gente ajudar a disputar o orçamento para que as dirigentes das escolas tenham mais recurso, que possam pagar a diferença que vocês querem e serem reconhecidas com professores. Todos vocês são reconhecidos com professores, mas não têm o reconhecimento formal, nem o

contracheque. Duas coisas que são importantes no reconhecimento daqui da Secretaria de Administração porque as pessoas vão lá participar do concurso e não conseguem provar que são professores; a questão de título, não é? Então está na hora de a gente se conhecer. Outra pessoa falou aqui também que vocês são valorizadas, mas o valor da valorização não acontece.

Todos nós sabemos hoje que a escola infantil e as creches de 0 a 3 e de 4 a 6 são obrigação do Município, e quem resolve isso para o Município muito mais barato Município ter o concurso público, construir creche, construir escola infantil é a parcerização com as escolas, que hoje funciona. Então custa muito menos por Município, se o Município tivesse de executar esse serviço, o valor era quantas vezes maior do que é hoje? Então está na hora de a gente lutar pela valorização, não só da valorização de reconhecimento, mas de reconhecimento na hora do final do mês, da carteira da carteira assinada como professor.

E eu acho que a gente tem que aumentar esse movimento aqui e não deixar os dirigentes para trás, porque eu tenho certeza de que os dirigentes não são inimigos de vocês e querem pagar melhor. Então nós não podemos fazer essa divisão assim, nós temos que juntar todos para termos muito mais força. Precisamos saber quantos professores são; quantos dirigentes são; qual é a diferença, se passar de X para X + 2, quanto vai precisar a mais no orçamento do Município. A gente tem que juntar dados, eu não sei se você já tem esses dados, se a Prefeitura tem, por senão a gente diz: “Ah, vai passar de técnico para professor”, mas quanto custa isso? Quanto mais é no final do mês, no final do ano, para a gente poder disputar isso no orçamento. Eu não tenho, não sei se vocês sabem disso, porque senão fica difícil, tem que ter...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Isso, a gente precisa disso. E depois eu acho que tem que dar mais visibilidade para os outros vereadores – eu não quero me apropriar e dizer que sou o pai da criança, que eu resolvi o problema de vocês; nem eu, nem Jonas. Nós temos que juntar os 36 vereadores a favor, porque daí na hora do orçamento vai ter o voto de todos. Então, como é que a

gente faz isso? Quem sabe, em uma tribuna popular, vir alguma entidade aqui falar sobre esse assunto? Quem sabe depois uma audiência pública para tratar desse assunto? E daí daqui a um pouquinho está saindo nos jornais, está encorpando; daqui a pouco está todo mundo junto. Aqui na comissão foi importante, foi o primeiro passo; acho que nós temos de ir além da comissão. Não que a comissão não queira participar e ajudar, mas eu acho que tem que fazer esse grupo de trabalho. E aqui não vamos apertar o secretário na data porque ele vai ter que conversar com prefeito, com o secretário da Fazenda, da Administração para eles já começarem a se preparar para receber. E nós aqui do Legislativo não temos problema, o problema é deles; nós vamos só dizer que tem que pagar. A gente se reúne com vocês e com outras entidades e estamos construindo um discurso único para quando chegar lá a gente saber cobrar o que que a Prefeitura vai ter que... E tenho certeza de que o Prefeito não vai ter má vontade, talvez não tenho recurso. Por isso que a gente falava aqui, Jonas: bom, se não tem o recurso, se não tem de imediato, pode o próximo ano no orçamento mais tanto e depois mais tanto, para chegar onde a gente quer. Já faz mais de 30 anos que estão nessa luta – mais um, mais dois, mais três – mas a gente sabe que ali na frente, nós vamos chegar onde nós queremos. Porque todo mundo diz que é prioridade, não é? Mas vamos colocar em prática essa prioridade do Município, a gente sabe que a educação é fundamental para tudo; sem educação nós vamos a lugar algum. Então vamos realmente... e a importância do ensino infantil, que é onde a pessoa começa a se preparar para o restante.

Também outra coisa que me preocupa muito é a falta de vaga, preocupa a todos nós. Nós temos que achar e trabalhar em conjunto como é que a gente busca, se aumentando... se vai precisar mais escolas de imediato? Existe a possibilidade de compra de vagas em escolas particulares, como é que faz isso? Como é que nós vamos fazer? Porque não dá para ficar 6 mil crianças de 0 a 3 fora da sala de aula! Então deve ser mais de 6 mil; o Geovane fala que 6 mil são os que procuraram, outros escutam e já nem vão. Então, na última reunião conjunta da CECE e da CEFOR, quem está resolvendo hoje o problema é a Defensoria Pública, para conseguir vaga tem que falar com a Defensoria Pública não adianta falar com a Prefeitura, por que a Defensoria Pública vai lá de entra

comissão a ação e a Prefeitura tem que resolver. Eu me sinto até incomodado; eu, como vereador, ou o secretário não consegue resolver, mas a Defensoria Pública que resolve problema da educação por ação na justiça. Então é inadmissível nós não conseguimos achar uma solução para resolver o problema da falta de vagas nas escolas. São temas importantes, nós estamos à disposição, podemos já marcar uma outra reunião da comissão para daqui a alguns dias, daqui a um mês para a gente discutir. Eu acho que a gente tem de colocar os dirigentes juntos para trabalhar em conjunto, para ter mais força ainda porque tem que ter recurso. Então vamos buscar o recurso, quanto mais precisaria para cada instituição?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só acrescentar uma coisa, Mauro, a percepção que eu quero dizer para vocês, não para os que estão aqui, mas para os dirigentes, para o fórum das entidades. Hoje tem uma proposta na cidade que é comprar vagas em instituições privadas. Na minha opinião, a vaga na conveniada é mais barata do que a compra da vaga na instituição privada, por que a instituição privada não é comunitária, ela tem que ter uma margem de lucro, e é justo; para as pessoas que têm empresa, é justo que tenham sua margem de lucro. Só que nós, aqui na Câmara, temos que olhar o que é mais barato; aumenta o número de vagas e aumenta a condição de salário. Eu acho que que o fórum das entidades tem que refletir um pouco sobre isso – aí eu estou falando para o fórum, não é nada para o governo.

Eu acho que o fórum tem 30 anos de serviço prestado a este Município e precisa, de certa forma, agir nisso porque isso também é uma disputa, gente. Eu não estou dizendo que uma ideia é melhor do que a outra, mas a ideia que mais aparece, que mais disputa é a ideia que prepondera. Então, se o fórum de entidades entende como importante nesse processo, acho que tem que também se fazer ouvir. Com certeza, o fórum vai ter muitas vereadoras e vereadores de vários partidos interlocutores nisso. Eu acho que pode até ter um edital? Até pode, mas imagina, vai chegar uma pessoa que fundou uma escola ontem e daí vai entrar e vai fazer lucro, e tem uma que está há 20 anos prestando serviço na Cidade, um serviço conveniado. Então tem que dar uma olhada nisso. Isso é

uma fala minha para o fórum pensar sobre isso. E falo publicamente por que eu não preciso ficar falando pelos cantos isso aí. É uma ideia minha, se vocês usarem, enfim.

SRA JUSSARA CABEDA: Sou da escola Brizolinha. Soubemos que o edital já está lançado, que foi aprovado na Câmara, pelo menos foi o que a relatora Comandante Nádia, que chamou essa frente parlamentar disse; já está na rua o edital. A gente questionou porque existem nove escolas – o secretário deve saber – infantis comunitárias que ofereceram vagas; até hoje ninguém apareceu, não fizeram nada. E a minha escola, em especial, oferece sete vagas. Não aconteceu nada, e eu ofereci essas vagas em dezembro. Têm mais oito escolas oferecendo vagas, e a secretaria nada fez. Pelo menos quem estava presente – a professora Júlia, parece – que falou: “Ah, a gente vai começar na semana que vem a visitar as escolas.” Mas já se passou dois meses de aula e nada foi feito, então, eu vejo que existe um pouco de uma preocupação diferenciada na história, porque fazem um edital para as escolas particulares e não procuram as escolas que estão oferecendo vagas. É isso.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, muito rapidamente, só quero pedir desculpas. Nós temos agora, às 17h, o prêmio Mulher Cidadã, que a nossa bancada do PCdoB está promovendo aqui na Câmara, então, vou precisar me retirar para conseguir organizar. Mas eu quero dizer ao movimento que eu vou sair daqui otimista, porque a gente tem um movimento organizado, tem a sensibilidade manifesta aqui do Executivo – Ver. Jonas, Ver. Mauro –, o Executivo se mostrou sensível; e tem aqui a Câmara de Vereadores, a partir da sua comissão, de forma unânime, ao lado do movimento. Então eu acho que o caminho que nós precisamos construir aqui é um caminho que nos leva à vitória, e que podem contar, mais uma vez reafirmo, com o nosso mandato coletivo. Eu vou sair, mas a nossa companheira Mari, que é do nosso mandato, vai seguir até o final da reunião com vocês. Muito obrigado. Peço desculpas por ter que sair.

SRA. GEANI REGINA DRÔESCHER: Só para dar um retorno a respeito desse edital de privadas. Primeiro, de forma algumas escolas privadas vão ter prioridade sobre o atendimento nas escolas, tanto da rede própria, como comunitária. O edital está, sim, em andamento. A indicação das crianças para escola privada é somente após a busca por vaga na escola rede própria; isso está inclusive no próprio edital, na própria contratação já está previsto isso. Quando foi autorizada a abertura, essa é uma das condições que primeiro se faz a busca na rede própria, na rede comunitária; encaminhamento para uma escola da rede privada é em último caso, não havendo vaga para criança na nossa rede. O valor é um valor estipulado então não é o valor que a escola privada vai determinar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. GEANI REGINA DRÔESCHER: De certa forma, acontece pela Defensoria. E pela Defensoria, sim...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Qual é o valor?

SRA. GEANI REGINA DRÔESCHER: Eu não sei te dizer de cabeça.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. GEANI REGINA DRÔESCHER: É R\$ 1.108,00. Porém, pela Defensoria, é o valor da escola, o que torna muito mais caro para nós...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, quem entrar pela defensoria e ganhar uma vaga, a vaga vai ser direcionada por este edital.

SRA. GEANI REGINA DRÖESCHER: Para uma das escolas credenciadas, porque esse edital é para credenciar essas escolas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Entendi.

SRA. GEANI REGINA DRÖESCHER: Esse edital é um edital de credenciamento das escolas privadas, e entrando pela defensoria vai acontecer o mesmo trâmite. A gente vai primeiro procurar na rede própria e rede comunitária, não encontrando a vaga na rede própria e comunitária, se busca então numa dessas escolas credenciadas privadas. Esse é o objetivo do edital privado. Não é fazer parceria, não é fazer uma contratação prévia com essas escolas privadas. Exatamente, porque realmente, a gente se preocupa muito com o atendimento, a gente sabe que a gente tem uma necessidade muito grande de atender essas crianças, uma demanda bem grande e alguma coisa precisa ser feita.

A outra questão que eu queria também aproveitar para responder, do colega que tinha comentado do plano de aplicação e recursos, que é uma outra situação, ele tinha comentado que a gente faz o planejamento e se coloca o técnico de desenvolvimento infantil no final do ano, e que a gente tem que fazer já, não aceitar. Não é bem assim. O que a gente prevê é a formação do professor. Quando a gente faz o plano, a gente vê se o professor tem a formação. Então lá no plano a gente não vai negar por que não vai o cargo de professor. A gente prevê a formação dele; se ele tem o curso normal e pedagogia, *O.k.*

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. GEANI REGINA DRÖESCHER: Isso. Profissional habilitado. É isso que a gente vê quando a gente faz o plano de aplicação no final do ano para o ano seguinte. Eu não me lembro se tem mais alguma questão? Acho que era isso, do edital, que eu tinha que responder, que eu tinha finalizado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O profissional habilitado é entendido como?

SRA. GEANI REGINA DRÖESCHER: Como profissional habilitado, magistério ou pedagogia. O profissional habilitado pela LDB.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. GEANI REGINA DRÖESCHER: O professor é cargo. É a formação.

SRA. CARINA ELIAS: O.k. A documentação toda que a gente preenche fala formação profissional habilitado. Exato, mas está ali pedindo..

SRA. GEANI REGINA DRÖESCHER: Como profissional da educação, habilitado.

SRA. ANDRÉIA FERNANDES DA ROCHA: O que que acontece; só o que que acontece. O que acontece hoje é sim o movimento, ele é legítimo, e eu sou uma das pessoas que mais queria conversar sobre isso sempre, desde sempre, me sentia muito calada ou invisível, e a estima também, eu falo na estima, porque é ruim, a gente já teve várias pessoas que desistiram da carreira em função disso, porque elas não queriam ir para a particular, elas queriam estar na comunitária, mas a invisibilidade é algo que também era conveniente, e aí eu vou falar como a Carol falou. Eu quero ser justa, nós estivemos lá em 2018, e foi um pedido inclusive de todos ali, junto com a SMED, vamos tirar, nós vamos ter condições neste momento, precisamos formá-las e precisamos rever o custo. Então é custo, e de certa forma foi indo, como eu disse, umas das privadas foram, foram indo e conquistaram o seu espaço. Ainda muito mal remuneradas, mas conquistaram. Nós não conquistamos, porque fomos deixando para depois, e fomos coniventes em muitos momentos. Agora não há mais conveniência. Hoje nós precisamos sim repensar tudo isso. E o encaminho só pode ser repensar juntos, Jonas, todo mundo junto, e é sim, é muito mais caro para Prefeitura pagar as seis mil vagas com R\$ 1.100 mil. Quantas outras nós poderíamos estar organizando? Por que que nós estamos tendo *per capita* menos. Nós estamos recebendo muito menos pelas crianças, e não podemos daí remunerar.

SRA. CARINA ELIAS: Só para finalizar mesmo. Quando a Jussara fala da ampliação das metas das comunitárias, eu vou verificar, porque as ampliações todas passam por nós. Ah, então tá, ótimo, porque conosco lá na CETEC tem três processos que já está dando andamento, encaminhando, para assinatura, três processos de ampliação, a da Jussara não chegou ainda. E, assim, a Jussara tinha comentado de conhecer as escolas. Eu quero dizer que eu conheço praticamente todas as escolas. A gente vai nas escolas, a gente conhece as escolas, conheço a Brizolinha, conheço a Nossa Senhora Aparecida. Então a gente conhece quase todas as escolas, eu, pessoalmente, conheço quase todas as escolas. Eu queria agradecer. Acho que esse momento é muito importante, muito rico para a gente continuar a nossa construção. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigada. Na sequência, a Fernanda, da EPA.

SRA. FERNANDA PAULO: Quero fazer um agradecimento em especial ao Jonas, que acolheu a nossa demanda, também à Casa aqui que nos recebeu, a todas as pessoas que estão aqui, ao movimento, ao CMDCA, a Asafom, o nosso sindicato, também a Prefeitura Municipal de Porto Alegre que está aqui conosco, mas eu quero deixar uma preocupação e talvez uma tarefa aí, para o Jonas e demais vereadores. Vejamos, em 1993 surgiram os primeiros convênios; segundo José Clóvis de Azevedo, numa entrevista que eu fiz com ele, ele comentava que isso era para ser temporário, não era para ser uma política permanente, ela se tornou uma política permanente. O número de escolas da rede própria, se eu não me engano, são 42. Então nós temos hoje 217 instituições parceirizadas. Para quem estudou a reforma do estado sabe que isso está vinculado a uma política neoliberal de precarização das relações de trabalho. Então eu penso que a gente tem que sentar e levar isso muito a sério. Outra coisa, muitos dirigentes, diferente da nossa companheira aqui, não tem uma formação pedagógica, e deveria. E, para muito dirigente, eu não gosto de passar a mão por cima, porque não apoia a luta, porque desconhecem a

importância da política da educação infantil. Então aqui ninguém está brincando de ser professora, ninguém está brincando de fazer educação infantil. Tem problema sim na rede comunitária, ninguém disse que não tem, e também isso parte, secretário, eu acho que um pouco também é culpa da Prefeitura, porque precisa de uma formação, eles precisam saber que isso é sério, que isso é uma política pública, e que lutar pela valorização significa respeitar o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e todos os documentos que se referem à educação infantil. Então não tem como admitir um dirigente que não conheça a política da educação infantil. A Carol é coordenadora pedagógica, a maioria das instituições tem uma coordenadora pedagógica. Ninguém falou nelas. Elas fazem coordenação, supervisão, orientação, secretária de escola, multitarefa, e ainda papel da dirigente, cozinheira e ainda limpa, porque eu também já fui coordenadora pedagógica. A outra coisa que eu sei que não acontece hoje, quando a gente faz o censo, na minha época a gente fazia o censo por escrito, quase todo mundo sabe essa história, e eu preenchia o censo e coloquei zero professores, porque não tinha nenhum professor. Eu fui chamada a atenção, a SMED me ligou e disse que era para colocar ali os dados referente a técnica de desenvolvimento infantil. Mentem-se dados. Como é que faz o censo se não tem professor? Então tem coisas que a gente tem que sentar e conversar. Não é levar na brincadeira: “Ah, não, a gente resolveu...” Não. A gente não resolveu. E já faz tempo isso. Então deixo aqui como tarefa, Jonas e demais, para que a gente pense com cuidado, com cautela, sobretudo Asafom, não, não tem não quero pagar. É um direito. Não tem não reconhecer a educação infantil como política pública. Ela é uma política pública desde de 1988, com a Constituição Federal. Bom, não quer fazer uma faculdade, vai ter que contratar um diretor para assumir essa parte, porque o coordenador pedagógico não pode ser um multitarefa. Muito obrigada, gente. Obrigada, Jonas, e demais. (Palmas.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigada, Fernanda. Só para acrescentar, já que tu falaste isso, o secretário está chegando agora lá, e a pessoa que está aqui; então ele está ouvindo tudo isso e está se inteirando do problema. Hoje

nós trazemos um grande problema que é: professor sim; é isso que nós queremos. Tem uma série de outros problemas que precisa se dar conta, que acho que o senhor vai se apropriando lá, vai vendo, mas trago aqui um exemplo: quantas pessoas tem no pedagógico da SMED que cuidam das 99 escolas da rede própria, e quantas pessoas tem no pedagógico que cuidam da rede conveniada? Por aí a gente já pode tirar o termômetro de como se deve enxergar ou não, porque só fazer uma visita por ano isso é coisa para nós né, Mauro, porque o ano tem 365 dias, nós temos 217 escolas conveniadas, 99 municipais, aí já foi, um dia por escola já foi o ano. Isso uma visita por escola, isso é uma coisa de político, que vai lá, conversa, vê a demanda, constrói, pode voltar mais uma ou duas vezes, dependendo da região. Agora, uma política pública que é o que a Fernanda fala, é um negócio periódico, é semanal, é mensal. E aí não tem como fazer sem RH. Então essa é uma sugestão né, para a SMED, de mudar esse quadro virou um quadro permanente. Não dá para ser assim, mas, para além disso, eu acho que fica aqui a nossa ideia de sentar com o secretário de planejamento, o secretário que está aqui muito solícito, e as pessoas que interessam muito pela causa da educação... Só complementar o que o Mauro falou, se eu deixei dúvida em algum momento, não, os dirigentes têm que estar, porque na verdade essa luta também é pelos dirigentes, porque os dirigentes sofrem a pressão das professoras formadas, todo dia perguntando: "E aí, o que que está fazendo? Eu sou pedagoga..." Então é também pelos dirigentes. Fiquem certos que nós, vereadores aqui, entendemos que vocês são agentes do estado lá na ponta. Está, gente! Agradeço. Quero passar para o Mauro se quiser finalizar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Vou passar para o secretário.

SR. CLÁUDIO FRANZEN: Eu só queria agradecer a participação, dizer para vocês que, dá minha parte, SMED, a gente é solícita, como disse o Ver. Jonas, a gente está escutando, a gente está entendendo, a gente sabe a dor, como professor eu também sinto, e quero dizer para vocês que a minha porta está aberta, a nossa porta está aberta para esse diálogo, para essa mudança, os

vereadores já deram aqui um caminho, o sindicato dando caminho, parceiros nesse grupo de trabalho, já me responsabilizo também em montar essa agenda próxima, que foi solicitada aqui, e eu entendo também que vocês querem todo mundo falar e jogar a mágoa de 30 anos, o sonho de 30 anos. Isso é muito importante, porque se a gente deixar nós vamos com esta reunião até amanhã. Vocês sabem disso. Todo mundo quer debater, e é positivo, todo mundo aqui é ser político. Então vamos construir, vamos melhorar, nada foi fechado, ao contrário, a porteira abriu. Então contem conosco também. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Agradecer a presença de todos. Estamos à disposição. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h06min.)

TEXTO SEM REVISÃO